

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	10
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	18

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	56
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	86.371
Preferenciais	0
Total	86.371
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/03/2014	Juros sobre Capital Próprio	10/04/2014	Ordinária		0,54825

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	34.952.721	33.817.503
1.01	Ativo Circulante	16.333.120	15.349.319
1.01.01	Disponibilidades	117.667	155.909
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.470.672	7.737.065
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	8.338.513	7.606.592
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	132.159	130.473
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	861.271	690.164
1.01.03.01	Carteira Própria	861.049	690.083
1.01.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	222	81
1.01.04	Relações Interfinanceiras	453.580	369.442
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	84.196	1.236
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	353.821	351.120
1.01.04.03	Tesouro Nacional Recursos do Crédito Rural	14.480	14.492
1.01.04.04	Repasse Interfinanceiros	1.083	1.130
1.01.04.05	Correspondentes	0	1.464
1.01.06	Operações de Crédito	4.297.358	4.365.875
1.01.06.01	Setor Público	144.453	158.847
1.01.06.02	Setor Privado	4.530.503	4.592.242
1.01.06.03	Provisões para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-377.598	-385.214
1.01.08	Outros Créditos	2.104.864	2.004.904
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	487.098	540.994
1.01.08.03	Rendas a Receber	10.748	9.568
1.01.08.04	Negociações e Intermediações de Valores	4	4
1.01.08.05	Diversos	1.616.627	1.471.727
1.01.08.06	Provisões para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-9.613	-17.389
1.01.09	Outros Valores e Bens	27.708	25.960
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	5.908	5.654
1.01.09.02	Provisões para Desvalorizações	-696	-695
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	22.496	21.001
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.385.652	18.232.580
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	11.346.949	11.313.849
1.02.02.01	Carteira Própria	9.734.543	9.547.043
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	1.023.711	1.126.481
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	279.044	337.967
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	309.651	302.358
1.02.03	Relações Interfinanceiras	42.701	42.634
1.02.03.01	Tesouro Nacional Recursos do Crédito Rural	567	554
1.02.03.02	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	39.968	39.254
1.02.03.03	Repasse Interfinanceiros	2.166	2.826
1.02.05	Operações de Crédito	6.102.917	5.882.508
1.02.05.01	Setor Público	1.157.651	1.211.833
1.02.05.02	Setor Privado	5.442.902	5.161.846
1.02.05.03	Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-497.636	-491.171
1.02.07	Outros Créditos	893.085	993.589

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1.02.07.02	Rendas a Receber	18.049	18.049
1.02.07.03	Diversos	921.494	1.022.017
1.02.07.04	Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-46.458	-46.477
1.03	Ativo Permanente	233.949	235.604
1.03.01	Investimentos	1.840	1.825
1.03.01.04	Outros Investimentos	7.143	7.128
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.303	-5.303
1.03.02	Imobilizado de Uso	216.928	220.993
1.03.02.01	Imóveis de Uso	160.062	159.881
1.03.02.02	Reavaliações de Imóveis de Uso	105.410	105.410
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	236.971	235.024
1.03.02.04	Depreciação Acumulada	-285.515	-279.322
1.03.04	Intangível	14.803	12.308
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	14.803	12.308
1.03.05	Diferido	378	478
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	1.995	2.008
1.03.05.02	Amortização Acumulada	-1.617	-1.530

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	34.952.721	33.817.503
2.01	Passivo Circulante	13.013.292	13.285.888
2.01.01	Depósitos	5.789.036	5.910.777
2.01.01.01	Depósitos à Vista	247.754	244.175
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	1.717.876	1.872.563
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	999.837	774.655
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	2.823.569	3.019.384
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	1.112.791	1.127.212
2.01.02.01	Carteira Própria	982.038	1.073.895
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	130.753	53.317
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	30.869	19.488
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	5.820	9.621
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	25.049	9.867
2.01.04	Relações Interfinanceiras	65.068	1.805
2.01.04.01	Recebimento e Pagamentos a Liquidar	65.068	1.805
2.01.05	Relações Interdependências	10.255	5.409
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	10.240	5.399
2.01.05.02	Transferência Interna de Recursos	15	10
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	771.893	777.276
2.01.06.01	Empréstimo no País - Instituições Financeiras	19.794	19.416
2.01.06.02	Empréstimo no Exterior	752.099	757.860
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	151.271	156.842
2.01.07.01	Tesouro Nacional	394	230
2.01.07.02	BNDES	125.590	132.408
2.01.07.03	FINAME	25.287	24.204
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	99.055	101.113
2.01.09	Outras Obrigações	4.983.054	5.185.966
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	771	978
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	36.137	1.798
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	4.113	10.830
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	84.508	61.835
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	362.794	487.475
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	68	68
2.01.09.07	Fundo Financeiros e de Desenvolvimento	2.799.190	3.103.568
2.01.09.08	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	99.446	78.471
2.01.09.09	Diversas	1.596.027	1.440.943
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	18.905.544	17.491.785
2.02.01	Depósitos	4.787.119	5.080.669
2.02.01.01	Depósitos à Vista	4.261	8.819
2.02.01.02	Depósitos Interfinanceiros	98.476	102.711
2.02.01.03	Depósito a Prazo	4.684.382	4.969.139
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	39.936	50.383
2.02.02.01	Carteira Própria	39.936	50.383
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.422.740	1.467.778
2.02.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.422.740	1.467.778

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.542.315	1.549.999
2.02.07.01	Tesouro Nacional	287	468
2.02.07.02	BNDES	1.388.476	1.395.929
2.02.07.03	FINAME	153.552	153.602
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	704.884	745.417
2.02.09	Outras Obrigações	10.408.550	8.597.539
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	238	416
2.02.09.02	Fundo Financeiros e de Desenvolvimento	5.647.092	3.983.648
2.02.09.03	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.219.842	1.194.110
2.02.09.04	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	1.490.292	1.455.982
2.02.09.05	Diversas	2.051.086	1.963.383
2.05	Patrimônio Líquido	3.033.885	3.039.830
2.05.01	Capital Social Realizado	2.844.000	2.437.000
2.05.03	Reservas de Reavaliação	20.037	20.610
2.05.03.01	Ativos Próprios	20.037	20.610
2.05.04	Reservas de Lucro	162.786	590.265
2.05.04.01	Legal	148.072	148.072
2.05.04.02	Estatutária	685	427.203
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	14.029	14.990
2.05.04.07.01	Ações em Tesouraria	0	-384
2.05.04.07.02	Reserva Especiais de Lucros Outros	14.029	15.374
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-91.066	-8.045
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-91.066	-8.045
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	98.128	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	949.206	695.033
3.01.01	Operações de Crédito	479.035	382.682
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	504.669	331.085
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-58.722	-48.572
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	17.067	22.383
3.01.05	Resultado de Aplicações Compulsórias	5.950	4.307
3.01.06	Operações de Vendas ou de Transferência de Ativos Financeiros	1.207	3.148
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-601.246	-596.650
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-274.258	-180.440
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-211.685	-172.915
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-115.303	-243.295
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	347.960	98.383
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-116.868	-144.487
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	450.387	389.765
3.04.02	Despesas de Pessoal	-427.614	-277.853
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-205.871	-195.723
3.04.04	Despesas Tributárias	-61.685	-51.176
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	427.622	416.464
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-299.707	-425.964
3.05	Resultado Operacional	231.092	-46.104
3.06	Resultado Não Operacional	111	97
3.06.01	Receitas	545	259
3.06.02	Despesas	-434	-162
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	231.203	-46.007
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-96.302	-91.596
3.09	IR Diferido	18.953	115.427
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-7.326	-8
3.10.01	Participações	-7.326	-8
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	146.528	-22.184
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	1,68438	-0,25501

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	146.528	-22.184
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-82.448	-173.252
4.02.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	-53.835	-172.276
4.02.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	21.534	68.910
4.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	956	956
4.02.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-382	-382
4.02.05	Ganhos ou Perdas Atuariais	-50.721	-70.460
4.03	Resultado Abrangente do Período	64.080	-195.436

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	989.375	559.578
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	473.807	555.744
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	146.528	-22.184
6.01.01.02	Despesa de Depreciação e Amortização	9.516	8.099
6.01.01.03	Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	1	-2
6.01.01.04	Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	115.235	240.781
6.01.01.05	Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	68	2.514
6.01.01.06	Provisão para Passivos Contingentes (Risco do FNE)	127.454	246.204
6.01.01.07	Provisão para Passivos Contingentes	18.211	18.245
6.01.01.08	Provisão Benefícios Pós Emprego	31.062	23.050
6.01.01.09	Despesas de Outras Provisões Operacionais	3.204	2.115
6.01.01.10	Reversão de Provisões Operacionais	-8.172	-33.566
6.01.01.11	Despesas de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	34.311	28.321
6.01.01.12	Despesas de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	46.707	42.167
6.01.01.13	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Provisionados	-50.318	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	515.568	3.834
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-79.122	-572.557
6.01.02.02	Relações Interfinanceiras e Interdependência	-16.096	-13.808
6.01.02.03	Operações de Crédito	-267.126	213.988
6.01.02.04	Outros Créditos	48.564	86.262
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	-1.631	2.114
6.01.02.06	Depósitos	-415.291	193.826
6.01.02.07	Captações no Mercado Aberto	-24.868	172.028
6.01.02.08	Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	-33.657	-49.922
6.01.02.09	Obrigações por Empréstimos e Repasses	-61.229	-51.876
6.01.02.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	58.397	48.165
6.01.02.11	Outras Obrigações	1.358.911	14.771
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-51.284	-39.157
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-353.990	-332.712
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	-295.290	-302.402
6.02.02	Ganhos e Perdas Atuariais	-50.721	0
6.02.03	Inversões em Investimentos	-15	-46
6.02.04	Inversões em Imobilizado de Uso	-5.678	-30.418
6.02.05	Inversões em Intangível	-2.495	0
6.02.06	Inversões em Bens não de Uso Próprio	-153	-287
6.02.08	Alienação de Imobilizado de Uso	327	214
6.02.09	Alienação de Bens não de Uso Próprio	35	227
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-19.142	0
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-8	0
6.03.02	Ações em Tesouraria	-19.134	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	616.243	226.866
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.709.183	6.484.104
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.325.426	6.710.970

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.437.000	0	20.610	590.649	0	-8.429	3.039.830
5.03	Saldo Ajustado	2.437.000	0	20.610	590.649	0	-8.429	3.039.830
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	146.528	0	146.528
5.05	Destinações	0	0	0	-1.345	-48.973	0	-50.318
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-34.944	0	-34.944
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	-1.345	-14.029	0	-15.374
5.05.03.01	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	0	14.029	-14.029	0	0
5.05.03.02	Dividendos Adicionais Propostos em 2013 e Aprovados na AGO/E	0	0	0	-15.374	0	0	-15.374
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-573	-19.518	573	-82.637	-102.155
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-32.300	-32.300
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-573	0	573	0	0
5.07.05	Aquisições de Ações em Tesouraria	0	0	0	-19.518	0	384	-19.134
5.07.06	Ganho e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-50.721	-50.721
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	407.000	0	0	-407.000	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	407.000	0	0	-407.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	20.037	162.786	98.128	-91.066	3.033.885

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.142.000	0	22.904	425.110	0	93.737	2.683.751
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	312.129	-312.129	0
5.03	Saldo Ajustado	2.142.000	0	22.904	425.110	312.129	-218.392	2.683.751
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	-22.184	0	-22.184
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-573	0	573	-173.826	-173.826
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-103.366	-103.366
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-573	0	573	0	0
5.07.05	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-70.460	-70.460
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	295.000	0	0	-295.000	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	295.000	0	0	-295.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.437.000	0	22.331	130.110	290.518	-392.218	2.487.741

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	1.412.316	832.100
7.01.01	Intermediação Financeira	949.206	695.033
7.01.02	Prestação de Serviços	450.387	389.765
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-115.303	-243.295
7.01.04	Outras	128.026	-9.403
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-485.943	-353.355
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-191.520	-184.237
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-15.622	-16.561
7.03.02	Serviços de Terceiros	-96.405	-92.918
7.03.04	Outros	-79.493	-74.758
7.03.04.01	Processamento de Dados e Telecomunicações	-43.229	-38.993
7.03.04.02	Propaganda, Promoções e Publicações	-8.189	-4.263
7.03.04.03	Transportes	-4.635	-4.830
7.03.04.04	Segurança	-8.305	-6.246
7.03.04.05	Viagens	-3.881	-3.118
7.03.04.06	Outras	-11.254	-17.308
7.04	Valor Adicionado Bruto	734.853	294.508
7.05	Retenções	-9.516	-8.099
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.516	-8.099
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	725.337	286.409
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	725.337	286.409
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	725.337	286.409
7.09.01	Pessoal	386.767	237.983
7.09.01.01	Remuneração Direta	306.589	173.364
7.09.01.02	Benefícios	65.238	51.757
7.09.01.03	F.G.T.S.	14.940	12.862
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	187.207	67.223
7.09.02.01	Federais	182.998	63.678
7.09.02.02	Estaduais	56	5
7.09.02.03	Municipais	4.153	3.540
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.835	3.387
7.09.03.01	Aluguéis	4.835	3.387
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	146.528	-22.184
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	146.528	-22.184

Comentário do Desempenho

No primeiro trimestre de 2014, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) contratou o valor de aproximadamente R\$ 3,5 bilhões, envolvendo 1.046.396 operações de empréstimos, financiamentos e mercado de capitais, apresentando crescimento de 11,2% na quantidade de operações e redução de 18,3% no valor contratado em relação ao mesmo período de 2013. Manter a liderança em microfinança e agricultura familiar e ser o principal banco das MPEs da Região Nordeste são dois dos objetivos estratégicos definidos para 2014. Dessa forma, o BNB continua apoiando o agente produtivo regional em todas as suas necessidades de crédito, tanto de financiamentos de longo prazo quanto de empréstimos de curto prazo, utilizando recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e de outras fontes à sua disposição, sempre priorizando o agricultor familiar, o mini e pequeno produtor rural, o micro e pequeno empresário urbano e o microempreendedor informal.

AÇÕES VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Banco do Nordeste responde por mais da metade dos empréstimos do Crescer – O Banco do Nordeste é responsável por mais da metade dos empréstimos do Programa Nacional de Microcrédito (Crescer), lançado há dois anos e meio pelo Governo Federal. Desde a criação do Programa, o Banco desembolsou R\$ 7,4 bilhões no âmbito do Crescer, por meio de seu programa de microcrédito produtivo e orientado, Crediamigo. Atualmente, o Crediamigo tem 1,4 milhão de clientes no Crescer, já tendo passado pelo programa 2,1 milhões de pessoas. O índice de inadimplência, de 0,85%, é um dos menores do Sistema Financeiro Nacional. Do total de empreendedores ativos, 66% são mulheres. Lançado pelo Governo Federal em agosto de 2011, o Crescer visa à inclusão produtiva, oferecendo empréstimos de curto prazo, com taxas de juros de 0,41% ao mês, a empreendedores com renda anual de até R\$ 120 mil. O programa tem como referência o Crediamigo, do Banco do Nordeste.

Banco do Nordeste disponibiliza linha de crédito para projetos inovadores com encargos diferenciados – A linha de crédito do Banco do Nordeste voltada para o financiamento de projetos inovadores, o FNE Inovação, ganhou um diferencial nas taxas de juros para 2014. Definida pelo Governo Federal, a taxa de 4,71% a.a. passou a ser a menor entre todos os programas que utilizam recursos do FNE. Com o bônus de adimplência de 15%, os encargos podem chegar a 4,0035% a.a., independentemente do porte do mutuário, da localização do empreendimento e da finalidade do crédito. É um incentivo àqueles que trabalham de forma criativa, buscando melhorar a competitividade de seu empreendimento e contribuindo para o desenvolvimento do Nordeste. São financiáveis por meio do FNE Inovação clientes de todos os setores econômicos, inclusive no meio rural, que desejam introduzir inovações de produtos, serviços, processos e *marketing* no empreendimento ou no mercado, bem como os integrantes da indústria regional de *software* e de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e outras empresas de base tecnológica. O programa financia até 100% do projeto de investimento, a depender do porte do empreendimento, com prazo de até 15 anos para quitar a dívida, incluindo carência de até 5 anos.

Programa de apoio ao desenvolvimento prevê R\$ 70 milhões em recursos para Distritos Industriais na Paraíba - Representantes do Banco do Nordeste do Brasil e Governo da Paraíba reuniram-se no mês de fevereiro para definir as principais cadeias produtivas da Paraíba e as respectivas demandas de investimento necessárias ao seu desenvolvimento. O fruto das discussões norteará a elaboração do Plano Diretor de Investimento (PID) do Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste (Prodepro), parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco do Nordeste. O Programa de financiamento, com recursos do BID e Banco do Nordeste, visa aumentar a competitividade das cadeias produtivas do Nordeste por meio de investimentos em infraestrutura, estudos e fortalecimento institucional, com o objetivo de superar as principais dificuldades existentes nessas cadeias. O programa prevê investimentos de US\$ 1 bilhão (US\$ 500 milhões – Financiamento

Comentário do Desempenho

do BID para os Estados, e US\$ 500 milhões – Contrapartida – Crédito produtivo do Banco do Nordeste) para a infraestrutura das cadeias produtivas da região Nordeste. O Prodepro busca alavancar a capacidade de financiamento produtivo, associado com os investimentos em infraestrutura (público + privado), financiando projetos, obras e ações de fortalecimento à integração logística intra e inter-regional, a atração de novos investimentos e incrementos nas exportações, aumentando a competitividade das principais cadeias produtivas da Região.

Parceria entre Banco do Nordeste e Prefeitura de Fortaleza beneficia empreendedores - O Banco do Nordeste firmou parceira com a Prefeitura de Fortaleza, no Ceará, para apoio ao Programa de Empreendedorismo Sustentável (PES), da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE). O Programa Crediamigo somará esforços à iniciativa da gestão municipal para promover a inclusão produtiva de empreendedores da capital cearense por meio da oferta de microcrédito acompanhado de orientação para melhor aplicação dos recursos. Por meio do Programa Crediamigo, o Banco do Nordeste contribuirá com a concessão de crédito associado a metodologias inovadoras de orientação financeira. Os empreendedores do PES poderão buscar as unidades de atendimento do Crediamigo em três agências do Banco do Nordeste (Fortaleza Bezerra de Menezes; Fortaleza Centro e Fortaleza Montese) ou em 17 postos de atendimento situados em diferentes bairros da Capital.

Banco tem R\$ 3 milhões para projetos de combate à desertificação - O Banco do Nordeste lançou aviso/edital de apoio a projetos de pesquisa e difusão de tecnologias de combate à desertificação ou de convivência com o Semiárido. Ao todo, serão disponibilizados R\$ 3 milhões, recursos não reembolsáveis oriundos do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci). O edital estará disponível para consulta no *site* do BNB, entre 27 de janeiro e 25 de abril de 2014. Os temas e linhas de pesquisa do edital contribuem para o desenvolvimento do semiárido brasileiro e para a mitigação de riscos de operações de crédito realizadas nessa região prioritária para as aplicações do Banco. Os projetos devem ser aplicáveis à porção semiárida da área de atuação do BNB (Região Nordeste, e norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo) e se enquadrar em pelo menos uma das linhas especificadas (conservação; recuperação; monitoramento e mitigação da desertificação do semiárido; e convivência com o semiárido). O Fundeci é pioneiro no fomento à pesquisa e à difusão de tecnologias direcionadas às atividades produtivas, contribuindo para a superação de gargalos do setor produtivo e para a mitigação do risco operacional do Banco. Seu objetivo é o desenvolvimento, a validação e a difusão de tecnologias compatíveis com as peculiaridades regionais, especialmente do semiárido, considerando-se os aspectos econômicos, sociais e culturais do setor produtivo.

FATOS ADMINISTRATIVOS

Diretoria Executiva lança Programa de Incentivo ao Desligamento - O Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) foi lançado dia 24 de fevereiro de 2014. O Programa representa o esforço empreendido pela atual Direção Executiva para contemplar os anseios dos empregados, que tanto já fizeram pelo Banco do Nordeste e pelo desenvolvimento regional.

Banco é reconhecido como empresa de cidadania organizacional - O Banco do Nordeste foi reconhecido como uma das “100 Melhores Empresas em Cidadania Organizacional” do país, pela revista Gestão RH. A premiação “100 Melhores Empresas em Cidadania Corporativa” avalia e homenageia empresas sob os aspectos da responsabilidade social e ambiental, ética e relacionamento com os *stakeholders*, qualidade de vida no trabalho e políticas inclusivas. Com publicação eletrônica e impressa, a revista Gestão RH é direcionada aos profissionais de gestão de

Comentário do Desempenho

peças e de negócios, abordando temas da atualidade e de desenvolvimento da gestão de pessoas nas empresas.

Banco adere à 5ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça - O Banco do Nordeste formalizou a adesão à 5ª edição do Programa de Pró-Equidade de Gênero e Raça, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. No Termo de Compromisso, assinado entre o BNB e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), estão previstas 10 ações que deverão ser desenvolvidas pelo Banco ao longo desta edição (2014 e 2015). O Banco do Nordeste participa do programa desde o seu lançamento, em 2006, tendo já sido condecorado três vezes em virtude dos resultados apresentados. Criado em 2006, o Programa de Pró-Equidade de Gênero e Raça tem como objetivo proporcionar mudanças na cultura organizacional e implementar boas práticas que contribuam para um ambiente de trabalho mais igualitário. A iniciativa toma como base três pilares: promoção da cidadania e combate à discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego de mulheres e homens; compromisso com a equidade de gênero e raça, priorizando a gestão de pessoas e a cultura organizacional da empresa/instituição; e difusão de práticas exemplares entre as empresas e instituições que promovam a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, negros e negras dentro das organizações.

BNB apresenta resultado de renegociações rurais para a Câmara e Senado Federal - O Banco do Nordeste participou de audiência na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF), sobre renegociação das dívidas dos produtores rurais atingidos pela estiagem na Região. O debate foi promovido pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Evento semelhante também foi realizado no Senado. Na oportunidade, foram apresentados os resultados do BNB, no que se referem à quantidade de operações e valores contratados no âmbito das leis e resoluções que tratam do tema. O Banco já regularizou mais de 621 mil operações, que representam um montante de mais de R\$ 4,2 bilhões.

Clientes do Banco do Nordeste poderão realizar transações em Lotéricas - Os clientes do Banco do Nordeste (BNB) poderão realizar transações bancárias em Casas Lotéricas de todo o País. O benefício resulta de contrato de prestação de serviços celebrado entre o Banco do Nordeste e a Caixa Econômica Federal (CEF), com previsão de entrar em operação no segundo semestre de 2014, objetivando ampliar os canais de atendimento do BNB. Com a inclusão das Lotéricas, o Banco do Nordeste dobra sua capacidade de atendimento, disponibilizando, também nesses terminais, serviços como consultas de saldo e saques para correntistas e poupadores. Atualmente, os terminais do BNB, Rede Banco 24 horas e Banco do Brasil somam 8.338 pontos de autoatendimento aos clientes. Com a nova parceria, os clientes do BNB passam a contar com mais de 21.300 pontos de atendimento em todo o Brasil. Em breve, os clientes do BNB passarão a utilizar também as Casas Lotéricas. A ampliação faz parte do Programa de Excelência no Atendimento, iniciado neste ano pelo Banco do Nordeste, e proporcionará maior conforto e comodidade aos clientes, principalmente os do Crediamigo e do Agroamigo. A Caixa dispõe de mais de 13 mil casas lotéricas em todo o país, das quais 3.077 encontram-se na Região Nordeste.

Banco lança cartão de crédito internacional para Pessoa Física - Disponível em três categorias (*Visa Classic, Visa Gold e Visa Platinum*), foi lançado o Cartão de Crédito Banco do Nordeste Internacional, aceito em milhões de estabelecimentos no Brasil e ao redor do mundo. Em qualquer uma das modalidades, o BNB oferece crédito rotativo, fatura mensal detalhada e o pagamento pode ser feito por meio dos terminais de autoatendimento, da *Internet* ou de boleto bancário, com várias opções de data de vencimento. Também, há um programa de recompensas no qual todas as compras realizadas na função crédito valem pontos que podem ser trocados por passagens aéreas. Os produtos *Visa*

Comentário do Desempenho

Classic e Visa Gold foram desenvolvidos para atender as demandas e aspirações da classe média. O *BNB Visa Platinum* é um produto voltado para o segmento de clientes de alta renda, que oferece serviços diferenciados, como o *Visa Concierge*, um assistente pessoal que ajuda os portadores em diferentes situações, sem custo, e o *Visa Luxury Hotel Collection*, que dá acesso a benefícios exclusivos em mais de 900 hotéis luxuosos pelo mundo. Também foi lançado o Cartão AgroNegócio, que está em fase piloto. Ele disponibiliza as funções crédito, débito e acesso a importantes linhas de financiamento rural. Será utilizado em operações de custeio no valor máximo de R\$ 1 milhão. A operação é renovada automaticamente, para que o crédito já esteja disponível para utilização a partir do início de cada ciclo agropecuário.

Gestores da Direção Geral discutem sobre Excelência no Atendimento - Dando continuidade à primeira etapa de construção do Programa de Excelência no Atendimento, o Banco do Nordeste reuniu, em Fortaleza, superintendentes e gerentes gerais para tratar sobre qualidade no atendimento, especificamente sob a ótica do segmento Microfinanças. O objetivo dessa reunião foi aprofundar a discussão sobre ações de melhoria que possam impactar o padrão de qualidade no atendimento do Banco do Nordeste. A ferramenta que vem sendo utilizada para registrar todas as discussões sobre o tema, denominada de Plano de Iniciativas e Melhorias (PIM-Agências e PIM-Dirge), além de contemplar uma série de temas que impactam na qualidade do atendimento (instalações, fluxos e canais de atendimento, automação bancária, inovação tecnológica, processos, sistemas), também fará parte do Plano de Ação do Banco.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O BNB contratou o valor de R\$ 3,5 bilhões no primeiro trimestre de 2014, envolvendo 1.046.396 operações de empréstimos, financiamentos e mercado de capitais, apresentando crescimento de 11,2% na quantidade de operações e redução de 18,3% no valor contratado em relação ao primeiro trimestre de 2013.

Os recursos envolvidos em operações de crédito de longo prazo foram, em sua maioria, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). No primeiro trimestre de 2014, foi contratado o montante de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão com recursos do Fundo, tendo sido realizadas 113.524 operações, o que significa redução de 40,1% no valor contratado e de 7,0% na quantidade de operações em relação ao mesmo período de 2013.

Por meio de seu programa de microcrédito produtivo orientado urbano, o Crediamigo, o BNB desembolsou aproximadamente R\$1,5 bilhão, contratando 856.453 operações no primeiro trimestre de 2014 em apoio aos microempreendedores de toda a sua área de atuação. No primeiro trimestre de 2013, havia sido desembolsado o valor de R\$ 1,2 bilhão, com a contratação de 732.811 operações. Comparando-se os dois períodos, o BNB apresentou um crescimento de 26,0% no valor desembolsado e de 16,9% na quantidade de operações.

Já no que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, o BNB contratou 108.771 operações de financiamento envolvendo recursos da ordem de R\$ 414,0 milhões no primeiro trimestre de 2014, o que representa uma redução de 27,0% no valor contratado e de 4,9% na quantidade de operações com relação ao primeiro trimestre de 2013.

Dentro do Pronaf, o BNB opera o Agroamigo, programa de microcrédito produtivo e orientado para a área rural: nesta modalidade, foi contratado o valor de R\$ 353,4 milhões no primeiro trimestre de 2014, com 104.898 operações realizadas com agricultores familiares, representando crescimento de

Comentário do Desempenho

68,2% no valor contratado e de 27% na quantidade de operações relativamente a igual período de 2013.

No cômputo global do programa de microcrédito produtivo orientado do BNB, envolvendo o Crediamigo, para a área urbana, e o Agroamigo, para a área rural, foi desembolsado o montante de aproximadamente R\$ 1,83 bilhão no primeiro trimestre de 2014, contratando 841.582 operações em apoio aos microempreendedores das zonas urbana e rural de toda a sua área de atuação, representando um crescimento de 32,4% no valor desembolsado e de 17,9% na quantidade de operações comparativamente a igual período de 2013.

No tocante ao apoio às micro e pequenas empresas, o BNB contratou 5.467 operações de financiamento de longo prazo no montante de R\$ 326,9 milhões ao longo do primeiro trimestre de 2014, representando aumento de 32,8% na quantidade de operações contratadas e de 4,2% no valor contratado em relação ao primeiro trimestre de 2013.

Quanto ao resultado financeiro, o lucro líquido do BNB foi de R\$ 146,5 milhões no primeiro trimestre de 2014, resultado 660,38% melhor que o do primeiro trimestre de 2013, quando o Banco apresentava prejuízo de R\$ 22,2 milhões.

INSTRUÇÃO CVM Nº 381, DE 14.01.2003

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários CVM nº 381/03, de 14.01.2003, o Banco do Nordeste informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no primeiro trimestre de 2014, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Trimestres findos em 31 de Março de 2014 e de 2013****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado****Índice das Notas Explicativas**

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5- Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 24- Benefícios Pós-Emprego
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 25- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
Nota 10- Outros Créditos	Nota 26- Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 27- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 12- Permanente	Nota 28 - Partes Relacionadas
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto	Nota 29- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 30- Outras Informações
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	
Nota 16- Outras Obrigações	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: “atuar na promoção do desenvolvimento regional sustentável como banco público, competitivo e rentável”. O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);

Notas Explicativas

- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009); e
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério *pro rata temporis*.

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

Notas Explicativas

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial, bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio de *Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado como parte do seu valor contábil, sendo também reconhecido no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

Os valores de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção e do item objeto de *hedge* estão divulgados na nota 7.c.1.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

j) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

Intangível o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis são compostos pelos desembolsos para aquisição de direitos de software que, no momento, encontra-se em fase de implantação e terão sua vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para uso, e serão amortizados linearmente. Quando aplicável, serão ajustados por perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) (Nota 12.c).

Notas Explicativas

k) Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social (CSLL), Pasep e Cofins

O IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a CSLL à alíquota de 15%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego, ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e item objeto de *hedge*.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável” e plano de assistência médica, do tipo “benefício definido”.

A entrada em vigor da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, a partir de janeiro de 2013, proporcionou mudança de prática na contabilização dos benefícios pós-emprego. Dentre as principais alterações ocorridas e com efeitos nas demonstrações financeiras do Banco destacam-se: (i) alteração na política adotada para estimativa do retorno esperado sobre o valor justo dos ativos de cobertura das obrigações com benefícios pós-emprego e (ii) alteração na forma de cálculo dos juros líquidos sobre o passivo/(ativo) de benefício definido, com introdução dos juros sobre efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável.

m) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

o) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisões para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica e de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

Notas Explicativas

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco em 31.03.2014 e 31.03.2013.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela Administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna "Total":

Notas Explicativas

6

Especificação	01.01 a 31.03.2014		01.01 a 31.03.2013		Total
	Carteira Própria	FNE	Carteira Própria	FNE	
Receitas					
Receitas de Operações de Crédito	1.368.520	8.419	728.592	383.002	1.111.594
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	479.035	-	382.682	-	382.682
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	447.062	57.607	189.413	141.672	331.085
Resultado de Operações de Câmbio	(58.722)	-	(48.572)	-	(48.572)
Resultado de Aplicações Compulsórias	17.067	-	22.383	-	22.383
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	5.950	-	4.307	-	4.307
Outras Receitas	1.207	-	3.148	-	3.148
Despesas					
Despesas de Captação no Mercado	476.921	(49.188)	175.231	241.330	416.561
Despesas com Operações de Emprestitos e Repasses	(547.473)	(182.570)	(463.095)	(388.661)	(851.756)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	(274.258)	-	(180.440)	-	(180.440)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(156.670)	(55.015)	(37.620)	(135.295)	(172.915)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	-	-	-	-	-
Provisão Proagro a Receber	(115.303)	(127.454)	(243.295)	(246.204)	(489.499)
Margem Financeira					
Rendas de Prestação de Serviços	821.047	(174.151)	265.497	(5.659)	259.838
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	63.548	380.573	55.207	328.635	383.842
Pasep e Cofins					
Resultado após Tarifas e Comissões	(47.841)	(9.538)	(20.071)	(27.499)	(47.570)
Despesas Administrativas					
Despesas de Pessoal	843.020	196.884	306.556	295.477	602.033
Depreciação e Amortização	-	-	-	-	(473.576)
Outras Despesas Administrativas	-	-	-	-	(277.853)
Outras Despesas					
Despesas de Provisões, exceto Crédito	-	-	-	-	(8.099)
Lucro antes da Tributação e Participações	(155.043)	(20.173)	(196.355)	(187.624)	(162.858)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	231.203	231.203	(77.349)	(77.349)	(11.606)
Participações no Lucro	(7.326)	(7.326)	-	-	(46.007)
Lucro Líquido					
	146.528	-	-	-	23.831
					(8)
					(22.184)

(1) As despesas referentes a Pasep e Cofins sobre importação de serviços no valor de R\$ 12 (R\$ 10 em 31.03.2013) compõem o saldo de Outras Despesas

Notas Explicativas

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	31.03.2014	31.12.2013
Disponibilidades em Moeda Nacional	115.031	153.121
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	2.636	2.788
Total da Disponibilidade de Caixa	117.667	155.909
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.207.759	7.553.274
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 27.c)	8.325.426	7.709.183

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	31.03.2014	31.12.2013
a) Aplicações no Mercado Aberto	8.338.513	7.606.592
Re vendas a Liquidar-Posição Bancada	8.207.759	7.553.274
Re vendas a Liquidar-Posição Financiada	130.754	53.318
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	132.159	130.473
Aplicações em Moeda Estrangeira	19.510	46.764
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	112.649	83.709
Total	8.470.672	7.737.065
Saldo de Curto Prazo	8.470.672	7.737.065

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	01.01 a 31.03.2014	01.01 a 31.03.2013
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	188.706	113.014
Posição Bancada	185.489	110.483
Posição Financiada	3.217	2.531
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	2.832	1.720
Total	191.538	114.734

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão assim distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	31.03.2014	31.12.2013
Títulos Disponíveis para Venda	11.905.352	11.642.248
Títulos Mantidos até o Vencimento	23.602	23.717
Diferencial a Receber <i>Swap</i>	279.266	338.048
Total	12.208.220	12.004.013
Saldo de Curto Prazo	861.271	690.164
Saldo de Longo Prazo	11.346.949	11.313.849

Notas Explicativas

8

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	31.03.2014					31.12.2013				
	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento	Nível de Mensuração do Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento	Nível de Mensuração do Valor de Mercado
Títulos de Renda Fixa	11.929.637	11.451.280	(478.357)			11.612.627	11.190.805	(421.822)		
Letras Financeiras do Tesouro	8.182.228	8.184.805	2.577	2014 a 2018	Nível 1	8.277.985	8.281.099	3.114	2014 a 2018	Nível 1
Letras do Tesouro Nacional	12	12	-	2014	Nível 1	12	12	-	2014	Nível 1
Notas do Tesouro Nacional	1.228.057	1.089.703	(138.354)	2050	Nível 1	1.219.825	1.115.050	(104.775)	2050	Nível 1
Letras Financeiras	1.727.340	1.671.534	(55.806)	2014 a 2019	Nível 3	1.333.889	1.294.421	(39.468)	2014 a 2019	Nível 3
Debêntures	757.777	500.364	(257.413)	2014 a 2019	Nível 3	747.118	495.281	(251.837)	2014 a 2019	Nível 3
Títulos Públicos Federais – FCVS	6.179	4.664	(1.515)	2027	Nível 2	6.288	4.747	(1.541)	2027	Nível 2
Títulos Públicos Federais – Outros	27.780	-	(27.780)	1993	Nível 3	27.248	-	(27.248)	1993	Nível 3
Títulos da Dívida Agrária	264	198	(66)	2014 a 2022	Nível 2	262	195	(67)	2014 a 2022	Nível 2
Cotas de Fundos de Investimentos	2.963	1.578	(1.385)			10.360	8.983	(1.377)		
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.385	-	(1.385)	Sem Vencimento	Nível 3	1.377	-	(1.377)	Sem Vencimento	Nível 3
Cotas de FIDC	-	-	-	-	-	7.286	7.286	-	2014	Nível 2
Fundo de Investimento Imobiliário – FII	1.303	1.303	-	2100	Nível 2	1.403	1.403	-	2100	Nível 2
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	233	233	-	Sem Vencimento	Nível 2	251	251	-	Sem Vencimento	Nível 2
Fundo de Garantia de Operações - FGO	42	42	-	Sem Vencimento	Nível 2	43	43	-	Sem Vencimento	Nível 2
Títulos de Renda Variável	140.298	142.844	2.546			140.298	140.102	(196)		
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	350	155	(195)	Sem Vencimento	Nível 1	350	148	(202)	Sem Vencimento	Nível 1
Ações de Companhias Abertas	139.948	142.689	2.741	Sem Vencimento	Nível 1	139.948	139.954	6	Sem Vencimento	Nível 1
Títulos Dados em Garantia (0)	310.267	309.651	(616)			302.941	302.358	(583)		
Letras Financeiras do Tesouro	309.465	309.575	110	2015 a 2018	Nível 1	302.151	302.281	130	2015 a 2018	Nível 1
Títulos Públicos Federais – Nuclebras	802	76	(726)	1993	Nível 3	690	-	(690)	1993	Nível 3
Títulos Públicos Federais – CVSB	-	-	-	2027	Nível 2	100	77	(23)	2027	Nível 2
Total da Categoria	12.383.165	11.905.352	(477.812)			12.066.226	11.642.248	(423.978)		
Crédito Tributário (Nota 21.b)	-	-	231.701	-	-	-	-	209.602	-	-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)	-	-	(40.576)	-	-	-	-	(40.011)	-	-
Total do Ajuste a Valor de Mercado	-	-	(286.687)			-	-	(254.387)		

(0) Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 164.645 (R\$ 160.762 em 31.12.2013); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 1.860 (R\$ 1.816 em 31.12.2013); Garantias em Processos Judiciais R\$ 126.212 (R\$ 123.245 em 31.12.2013); e Demais Garantias R\$ 16.934 (R\$ 16.534 em 31.12.2013).

A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCLEBRAS e CVSB970101, com vencimento em 31.08.1993 e 01.01.2027, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001. Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria "Títulos Disponíveis para Venda", encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", o valor de R\$ (477.812) (R\$ 423.978 em 31.12.2013). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ (286.687) (R\$ 254.387 em 31.12.2013).

Notas Explicativas

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	31.03.2014			31.12.2013		
	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento
Títulos de Renda Fixa	23.602	23.597		23.717	23.710	
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	2.020	2.020	2015	2.020	2.020	2015
Nota do Tesouro Nacional NTN - P	104	99	2014	102	95	2014
Cotas Fundo Investimento Criatec	12.591	12.591	2017	12.579	12.579	2017
Cotas Fundo Investimento Criatec II	724	724	2023	860	860	2023
FIP Brasil Agronegócios	8.163	8.163	2018	8.156	8.156	2018
Total da Categoria	23.602	23.597		23.717	23.710	

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

a.4) Níveis de Mensuração do Valor de Mercado

- **Nível 1:** preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e BM&FBovespa;
- **Nível 2:** valor de mercado calculado com base na taxa de ágio ou deságio praticada na última negociação do papel no mercado secundário, ocorrida no período de 3 meses anteriores à data-base da marcação a mercado;
- **Nível 3:** valor de mercado obtido com base em modelo próprio de precificação, no qual o fluxo de caixa dos ativos é calculado a partir das taxas contratuais e trazido a valor presente por um fator de desconto composto pela taxa de mercado e por uma taxa de desconto em função da baixa liquidez. O valor obtido é deduzido de um percentual correspondente ao risco de crédito do emissor do ativo.

a.5) Conciliação do saldo inicial e final dos títulos e valores mobiliários mensurados de acordo com o nível 3

Especificação	Letras Financeiras	Debêntures
Saldo em 31.12.2013	1.294.421	495.281
Compras	350.000	-
Vendas	-	-
Lucro ⁽¹⁾	-	-
Liquidações	(1.205)	(9.345)
Renda do Período	44.656	20.004
Perdas Permanentes ⁽¹⁾	-	-
Varição ajuste a valor de mercado ⁽²⁾	(16.338)	(5.576)
Saldo em 31.03.2014	1.671.534	500.364

⁽¹⁾ Ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros mantidos em carteira em 31.03.2014.

⁽²⁾ Ganhos ou perdas reconhecidos em Ajustes de Avaliação Patrimonial.

a.6) No 1º trimestre de 2014 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 31.03.2014	01.01 a 31.03.2013
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6.b)	188.706	113.014
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	2.832	1.720
Títulos de Renda Fixa	313.077	216.313
Títulos de Renda Variável	54	38
Total	504.669	331.085

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 31.03.2014, o Banco possui operações de *swap*, que se encontram registradas na Cetip, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nocional) e o correspondente valor patrimonial, nas contas "Diferencial a Pagar" e "Diferencial a Receber", conforme demonstrado nos quadros abaixo. Os valores de mercado dos instrumentos financeiros são mensurados de acordo com os critérios descritos para o nível 2 constante da sub-alínea a.4 desta nota. No 1º trimestre de 2014 não houve reclassificação de nível para esses instrumentos.

Notas Explicativas

Composição em 31.03.2014								
Especificação	Vr. Nocional	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	276.846	-	258.947	-	17.899	-	17.899
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	61.925	2.420	1.009	-	1.444	2.872	17	2.855
Total	1.149.560	279.266	1.009	258.947	1.444	20.771	17	20.754
Crédito Tributário (Nota 21.b)								7
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								8.309

Composição em 31.12.2013								
Especificação	Vr. Nocional	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	335.847	-	317.087	-	18.760	-	18.760
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	69.654	2.201	1.394	-	1.973	2.829	50	2.779
Total	1.157.289	338.048	1.394	317.087	1.973	21.589	50	21.539
Crédito Tributário (Nota 21.b)								20
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								8.636

Especificação	31.03.2014		31.12.2013	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	4	257	-	322
3 a 12 meses	218	513	81	656
1 a 3 anos	173.848	239	206.512	416
3 a 5 anos	30	-	216	-
5 a 15 anos	105.166	-	131.239	-
Total	279.266	1.009	338.048	1.394

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	31.03.2014				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.391.727	1.132.780	1.444.302	1.167.456	17.899
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
Eurobonds – Senior Unsecured Notes (Nota 15.a)	1.379.719		1.444.659		64.940
Crédito Tributário (Nota 21.b)					25.976

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte no valor de R\$ 3.130 sobre os juros da operação.

Especificação	31.12.2013				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.420.740	1.103.652	1.476.038	1.140.190	18.760
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
Eurobonds – Senior Unsecured Notes (Nota 15.a)	1.414.194		1.476.412		62.218
Crédito Tributário (Nota 21.b)					24.887

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte no valor de R\$ 2.787 sobre os juros da operação.

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior por meio de *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, o Banco contratou operações de *swap* para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em *hedge* de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida no resultado do período.

Tendo em vista que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge* (*Eurobonds – Senior Unsecured Notes*) e os fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (*swaps*) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

Notas Explicativas

As operações foram avaliadas como efetivas na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

c.2) Demais Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.03.2014				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	
Taxa Prefixada – Posição Passiva	75.045	76.490	76.664	75.253	2.856

Especificação	31.12.2013				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	
Taxa Prefixada – Posição Passiva	82.567	84.540	84.390	83.584	2.779

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	01.01 a 31.03.2014	01.01 a 31.03.2013
<i>Swap</i>	(58.722)	(48.572)
Total	(58.722)	(48.572)

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	31.03.2014			31.12.2013		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios – Poupança	304.613	-	304.613	312.541	-	312.541
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	49.208	-	49.208	38.579	-	38.579
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	64.262	(24.294)	39.968	63.321	(24.067)	39.254
Tesouro Nacional - Crédito Rural	15.537	(490)	15.047	15.524	(478)	15.046
Total	433.620	(24.784)	408.836	429.965	(24.545)	405.420
Saldo de Curto Prazo	368.791	(490)	368.301	366.090	(478)	365.612
Saldo de Longo Prazo	64.829	(24.294)	40.535	63.875	(24.067)	39.808

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 31.03.2014	01.01 a 31.03.2013
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	5.223	3.561
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	942	773
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	12	156
Desvalorização de Créditos Vinculados	(227)	(183)
Total	5.950	4.307

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	31.03.2014		31.12.2013	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	11.275.509	(875.234)	11.124.768	(876.385)
Curto Prazo	4.674.956	(377.598)	4.751.089	(385.214)
Longo Prazo	6.600.553	(497.636)	6.373.679	(491.171)
Outras Rubricas com Características de Crédito (Nota 10.e)	525.650	(9.613)	552.814	(17.389)
Curto Prazo	483.539	(9.613)	508.210	(17.389)
Longo Prazo	42.111	-	44.604	-
Total	11.801.159	(884.847)	11.677.582	(893.774)

Notas Explicativas

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	31.03.2014	31.12.2013
Adiantamentos a Depositantes	145	89
Empréstimos	4.799.613	4.962.233
Títulos Descontados	56.950	54.190
Financiamentos	2.089.282	2.093.478
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	303.823	236.532
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 28.a.1)	382.141	384.355
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.648.123	1.620.354
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.995.189	1.773.294
Subtotal de Operações de Crédito	11.275.509	11.124.768
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	12.796	11.181
Devedores por Compra de Valores e Bens	6.087	6.357
Títulos e Créditos a Receber	5.770	7.002
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾ (Nota 11.a)	449.688	473.046
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão	51.309	55.228
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	525.650	552.814
Total	11.801.159	11.677.582

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 31.03.2014	01.01 a 31.03.2013
Empréstimos e Títulos Descontados	294.435	184.268
Financiamentos	105.661	123.856
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	54.488	53.394
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	24.420	21.079
Outros Valores	31	85
Total	479.035	382.682

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.03.2014	Total em 31.12.2013
Rural	6.917	6.759	9.402	50.434	20.216	1.507.206	1.600.934	1.574.065
Indústria	62.765	49.436	65.980	206.573	300.795	1.646.812	2.332.361	2.138.343
Governo	10.409	10.528	10.528	49.813	63.174	1.157.650	1.302.102	1.370.680
Outros Serviços	710.349	565.386	445.392	698.100	457.265	1.520.481	4.396.973	4.471.758
Comércio	136.992	112.098	197.723	231.564	336.458	431.489	1.446.324	1.426.556
Intermediários Financeiros	2.597	2.549	2.480	7.528	14.249	48.514	77.917	85.212
Habitação	1.050	904	747	1.168	276	262	4.407	4.337
Pessoas Físicas	3.907	3.054	4.123	9.765	2.528	5.944	29.321	33.699
Total	934.986	750.714	736.375	1.254.945	1.194.961	6.318.358	11.190.339	11.104.650

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas						Total em 31.03.2014	Total em 31.12.2013
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	421	429	400	2.298	5.085	12.075	20.708	10.025
Indústria	2.635	2.404	4.099	7.534	14.014	50.841	81.527	74.742
Outros Serviços	9.721	7.741	6.632	14.766	21.302	184.984	245.146	218.122
Comércio	5.570	4.688	4.347	12.353	19.802	39.786	86.546	67.818
Habitação	7	3	2	3	3	-	18	14
Pessoas Físicas	138	112	2.270	1.503	2.389	5.756	12.168	11.269
Total	18.492	15.377	17.750	38.457	62.595	293.442	446.113	381.990

Notas Explicativas

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas							Total em 31.03.2014	Total em 31.12.2013
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	65	571	529	516	4.561	10.344	23.723	40.309	48.910
Indústria	507	2.501	3.316	2.740	6.649	5.177	250	21.140	27.378
Outros Serviços	1.974	8.312	10.323	5.523	10.454	17.135	2.869	56.590	66.623
Comércio	1.826	3.879	7.752	2.640	8.465	8.562	3.897	37.021	38.755
Habitação	-	3	5	7	6	10	-	31	30
Pessoas Físicas	21	527	569	418	2.814	5.142	125	9.616	9.246
Total	4.393	15.793	22.494	11.844	32.949	46.370	30.864	164.707	190.942

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	31.03.2014				31.12.2013			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	4.229.391	-	4.229.391	-	3.956.011	-	3.956.011	-
A	4.015.238	-	4.015.238	20.076	4.146.203	-	4.146.203	20.731
B	2.178.168	35.834	2.214.002	22.140	1.979.895	26.162	2.006.057	20.061
C	111.590	82.308	193.898	5.817	364.117	25.798	389.915	11.697
D	84.891	53.106	137.997	13.800	68.107	20.190	88.297	8.830
E	76.926	50.740	127.666	38.300	133.034	133.034	266.068	79.820
F	26.617	48.715	75.332	37.666	20.924	38.427	59.351	29.676
G	162.148	39.805	201.953	141.367	119.494	22.908	142.402	99.681
H	305.370	300.312	605.682	605.681	316.865	306.413	623.278	623.278
Total	11.190.339	610.820	11.801.159	884.847	11.104.650	572.932	11.677.582	893.774

(1) Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	31.03.2014	31.12.2013
Saldo Inicial (Provisão para Perdas da Carteira de Crédito)	893.774	832.982
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	115.322	700.422
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(124.249)	(639.630)
(=) Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	884.847	893.774
Saldo Inicial (Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito)	46.477	46.569
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	243	431
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(262)	(523)
(=) Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.e)	46.458	46.477
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	931.305	940.251

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 31.03.2014	01.01 a 31.03.2013
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	115.234	240.781
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	88	2.439
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	115.322	243.220
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	-	75
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(19)	-
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	115.303	243.295

f) No 1º trimestre foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 24.420 (R\$ 21.079 em 31.03.2013) e as renegociações importaram em R\$ 39.600 (R\$ 79.370 em 31.03.2013).

g) Recuperação de Créditos com Base Legal

Em decorrência da aplicação das Leis nº 11.322, de 13.07.2006, nº 11.775, de 17.09.2008, nº 12.249, de 11.06.2010, e 12.716, de 21.09.2012, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, no 1º trimestre de 2014, um efeito positivo no valor de R\$ 16.912 (R\$ 17.795 em 31.03.2013), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Especificação	01.01 a 31.03.2014	01.01 a 31.03.2013
Efetivação de Rendas	6.823	8.062
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	3.347	3.712
Despesas com Deságios	(19)	(994)
Efeito Líquido de Provisões	6.761	7.015
Total	16.912	17.795

Notas Explicativas

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	31.03.2014	31.12.2013
a) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	487.098	540.994
b) Rendas a Receber	28.797	27.617
c) Negociação e Intermediação de Valores	4	4
d) Diversos	2.538.121	2.493.744
Créditos Tributários - Provisões (Nota 21.b)	1.050.632	1.032.755
Créditos Tributários-TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de <i>Hedge</i> (Notas 21.b)	257.684	234.509
Devedores por Depósitos em Garantia	681.326	664.381
Impostos e Contribuições a Compensar	75.276	243.490
Decorrentes de Antecipação (Nota 21.a.2)	46.036	223.033
Outros Valores	29.240	20.457
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	5.770	7.002
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão	51.309	55.228
Adiantamentos e Antecipações Salariais	26.435	2.694
Pagamentos a Ressarcir	9.790	8.931
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	3.707	9.705
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	9.203	20.133
Outros Valores	340.241	188.168
e) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(56.071)	(63.866)
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(9.613)	(17.389)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(46.458)	(46.477)
Total	2.997.949	2.998.493
Saldo de Curto Prazo	2.104.864	2.004.904
Saldo de Longo Prazo	893.085	993.589

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	31.03.2014	31.12.2013
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio Comprado a Liquidar	471.245	520.631
Direitos sobre Vendas de Câmbio	3.178	10.057
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(121)	(875)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	12.796	11.181
Ativo Circulante (Nota 10.a)	487.098	540.994
Passivo – Outras Obrigações		
Obrigações por Compras de Câmbio	450.620	473.873
Câmbio Vendido a Liquidar	3.181	10.003
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(449.688)	(473.046)
Passivo Circulante (Nota 16.b)	4.113	10.830

b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01. a 31.03.2014	01.01. a 31.03.2013
Rendas de Câmbio	17.207	22.566
Despesas de Câmbio	(140)	(183)
Total	17.067	22.383

Notas Explicativas

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2013		01.01.2014 a 31.03.2014				31.03.2014			
	Saldo Contábil	652	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Perdas por Impairment	Saldo Contábil		
			Adições	Exclusões					Perdas por Impairment	Saldo Contábil
Ações e Cotas		652	-	-	652	945	(293)	652		
Bens Artísticos e Valiosos		1.173	15	-	1.188	1.188	-	1.188		
Total		1.825	15	-	1.840	2.133	(293)	1.840		

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2013		01.01.2014 a 31.03.2014				31.03.2014			
	Saldo Contábil	103.564	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Perdas por Impairment ⁽²⁾	Saldo Contábil	
			Adições	Exclusões						Depreciação
Edificações		103.564	182	-	(2.492)	101.254	147.193	-	101.254	
Sistema de Processamento de Dados		48.642	2.348	(81)	(4.203)	46.706	64.652	-	46.706	
Móveis e Equipamentos de Uso		28.455	1.621	(246)	(1.334)	28.496	36.656	-	28.496	
Terenos		17.025	-	-	-	17.025	17.025	-	17.025	
Instalações		6.577	365	-	(377)	6.565	18.633	-	6.565	
Sistema de Comunicação		90	-	-	(5)	85	380	-	85	
Imobilização em Curso ⁽¹⁾		6.288	681	-	-	6.969	6.969	-	6.969	
Sistema de Segurança		9.680	481	-	(398)	9.763	18.357	-	9.763	
Sistema de Transporte		672	-	-	(607)	65	16.057	-	65	
Total		220.993	5.678	(327)	(9.416)	216.928	502.443	-	216.928	

⁽¹⁾ Será transferido para Edificações, quando da efetiva conclusão da construção.

⁽²⁾ Não há registro de provisão para perdas por *impairment* sobre o ativo imobilizado.

c) Diferido

Especificação	31.12.2013		01.01.2014 a 31.03.2014				31.03.2014			
	Saldo Contábil	478 <th colspan="2">Movimentações</th> <th rowspan="2">Saldo Contábil</th> <th rowspan="2">Valor de Custo</th> <th rowspan="2">Amortização Acumulada</th> <th rowspan="2">Perdas por Impairment⁽¹⁾</th> <th rowspan="2">Saldo Contábil</th>	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Perdas por Impairment ⁽¹⁾	Saldo Contábil	
			Adições	Exclusões						Amortização
Gastos em Imóveis de Terceiros		478	-	-	(100)	378	1.995	(1.617)	378	
Total		478	-	-	(100)	378	1.995	(1.617)	378	

⁽¹⁾ Não há registro de provisão para perdas por *impairment* sobre o ativo diferido.

d) Intangível

Especificação	31.12.2013		01.01.2014 a 31.03.2014				31.03.2014			
	Saldo Contábil	12.308 <th colspan="2">Movimentações</th> <th rowspan="2">Saldo Contábil</th> <th rowspan="2">Valor de Custo</th> <th rowspan="2">Amortização Acumulada</th> <th rowspan="2">Perdas por Impairment⁽¹⁾</th> <th rowspan="2">Saldo Contábil</th>	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Perdas por Impairment ⁽¹⁾	Saldo Contábil	
			Adições	Exclusões						Amortização
Gastos com Intangíveis em Elaboração		12.308	2.495	-	-	14.803	14.803	-	14.803	
Total		12.308	2.495	-	-	14.803	14.803	-	14.803	

⁽¹⁾ Não há registro de provisão para perdas por *impairment* sobre o ativo intangível.

Notas Explicativas

NOTA 13 – Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Distribuição dos Depósitos e Captações no Mercado por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.03.2014	Total em 31.12.2013
Depósitos a Vista	239.224	8.530	4.261	-	-	-	252.015	252.994
Depósitos em Moeda Nacional	239.224	-	-	-	-	-	239.224	235.298
Depósitos em Moeda Estrangeira	-	8.530	4.261	-	-	-	12.791	17.696
Depósitos de Poupança	1.717.876	-	-	-	-	-	1.717.876	1.872.563
Depósitos Interfinanceiros	462.514	537.323	62.589	35.887	-	-	1.098.313	877.366
Depósitos a Prazo	1.159.463	1.664.106	2.690.084	693.124	1.160.165	141.009	7.507.951	7.988.523
Depósitos a Prazo	313.896	1.601.935	2.175.563	487.471	969.061	129.443	5.677.369	6.182.870
Depósitos Judiciais com Remuneração	822.183	-	-	-	-	-	822.183	777.003
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	3	-	377.611	67.367	67.367	-	512.348	507.747
FAT- Recursos Disponíveis	3.304	8.727	7.773	7.837	7.025	657	35.323	49.775
FAT- Recursos Aplicados	19.658	53.444	129.137	130.194	116.712	10.909	460.054	470.465
Outros	419	-	-	255	-	-	674	663
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	29.357	1.512	701.262	-	721.478	-	1.453.609	1.487.266
Eurobonds	25.049	-	701.262	-	721.478	-	1.447.789	1.477.645
LCA - Letras de Crédito Agrário	4.308	1.512	-	-	-	-	5.820	9.621
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	99.446	-	-	-	1.219.842	1.319.288	1.272.581
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.490.292	1.490.292	1.455.982
Total	3.608.434	2.310.917	3.458.196	729.011	1.881.643	2.851.143	14.839.344	15.207.275
Saldo de Curto Prazo							5.919.351	6.008.736
Saldo de Longo Prazo							8.919.993	9.198.539

b) Depósitos

Especificação	31.03.2014	31.12.2013
Depósitos a Vista	252.015	252.994
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	12.791	17.696
Depósitos de Governos	32.795	15.062
Depósitos Vinculados	153.730	143.942
Pessoas Jurídicas	34.814	59.181
Pessoas Físicas	17.351	15.631
Outros Valores	534	1.482
Depósitos de Poupança	1.717.876	1.872.563
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.143.343	1.172.247
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	573.934	699.694
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	599	622
Depósitos Interfinanceiros	1.098.313	877.366
Depósitos a Prazo	7.507.951	7.988.523
Depósitos a Prazo	5.677.369	6.182.870
Depósitos Judiciais com Remuneração	822.183	777.003
Outros Depósitos a Prazo	1.008.399	1.028.650
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Disponíveis (Nota 27 e Nota 29)	35.323	49.775
Proger Urbano	3.027	4.217
Protrabalho	582	1.208
Infraestrutura	28.233	29.018
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	3.481	15.332
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Aplicados (Nota 27 e Nota 29)	460.054	470.465
Proger Urbano	36.629	37.464
Protrabalho	105.433	110.088
Infraestrutura	166.038	174.821
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	151.954	148.092
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	512.348	507.747
Outros Valores	674	663
Total	10.576.155	10.991.446
Saldo de Curto Prazo	5.789.036	5.910.777
Saldo de Longo Prazo	4.787.119	5.080.669

Notas Explicativas

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	31.03.2014	31.12.2013
Carteira Própria	1.021.974	1.124.278
Letras Financeiras do Tesouro	1.021.974	1.124.278
Carteira de Terceiros	130.753	53.317
Letras Financeiras do Tesouro	54.747	-
Letras do Tesouro Nacional	76.006	-
Notas do Tesouro Nacional	-	53.317
Total	1.152.727	1.177.595
Saldo de Curto Prazo	1.112.791	1.127.212
Saldo de Longo Prazo	39.936	50.383

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	31.03.2014	31.03.2013
Despesas de Captações	(245.430)	(165.409)
Depósitos a Prazo	(140.183)	(90.270)
Depósitos de Poupança	(21.796)	(16.220)
Depósitos Judiciais	(16.333)	(11.473)
Depósitos Interfinanceiros	(8.394)	(4.460)
Depósitos Especiais	(17.916)	(17.082)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(37.778)	(23.204)
Outros Depósitos	(3.030)	(2.700)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(28.828)	(15.031)
Carteira de Terceiros	(3.229)	(2.547)
Carteira Própria	(25.599)	(12.484)
Total	(274.258)	(180.440)

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.03.2014	Total em 31.12.2013
Empréstimos no País	-	19.794	-	-	-	-	19.794	19.416
Empréstimos no Exterior	397.938	354.161	-	-	-	-	752.099	757.860
Repasses do País	45.564	105.707	307.251	357.369	662.159	215.536	1.693.586	1.706.841
Repasses do Exterior	35.837	63.218	192.800	192.800	319.284	-	803.939	846.530
Total	479.339	542.880	500.051	550.169	981.443	215.536	3.269.418	3.330.647
Saldo de Curto Prazo							1.022.219	1.035.231
Saldo de Longo Prazo							2.247.199	2.295.416

b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2014	31.12.2013
Empréstimos no País – Instituições Oficiais/Refinanciamentos	TJLP+3,0 ou 7,75	19.794	19.416
Empréstimos no Exterior/ Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	752.099	757.860
Total		771.893	777.276
Saldo de Curto Prazo		771.893	777.276
Saldo de Longo Prazo		-	-

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2014	31.12.2013
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,0 ou 6,75	681	698
BNDDES		1.514.066	1.528.337
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	1.161.635	1.173.699
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	352.431	354.638
Finame		178.839	177.806
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	160.367	159.659
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	18.472	18.147
Total (Nota 29.a.1)		1.693.586	1.706.841
Saldo de Curto Prazo		151.271	156.842
Saldo de Longo Prazo		1.542.315	1.549.999

Notas Explicativas

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2014	31.12.2013
BID-Prodetur I	USD + 2,68	396.038	407.281
BID-Prodetur II	USD + 1,16	401.518	432.274
BID-Outros Programas	USD + 1,16	6.383	6.975
Total		803.939	846.530
Saldo de Curto Prazo		99.055	101.113
Saldo de Longo Prazo		704.884	745.417

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01. a 31.03.2014	01.01. a 31.03.2013
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(378)	(697)
Obrigações por Empréstimos no País	(378)	(697)
Despesas de Obrigações por Repasses	(33.440)	(45.200)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(29.653)	(26.177)
Tesouro Nacional	(11)	(5)
BNDES	(28.119)	(24.687)
Finame	(1.523)	(1.485)
Despesas de Repasses do Exterior	(3.787)	(19.023)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(1.905)	(17.409)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(175.962)	(109.609)
Total	(211.685)	(172.915)

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 31.03.2014 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.03.2014	Valor de Mercado em 31.12.2013 ⁽²⁾
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	09.11.2010	09.11.2015	3,625	300.000	689.994	712.355	731.640
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	692.855	735.434	746.005
Total (Nota 7.c.1)				600.000	1.382.849	1.447.789	1.477.645
Saldo de Curto Prazo						25.049	9.867
Saldo de Longo Prazo						1.422.740	1.467.778

⁽¹⁾ As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

⁽²⁾ Considerando os efeitos tributários.

Na forma da Nota 7.c.1 as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

b) Letras de Crédito do Agronegócio Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	31.03.2014	31.12.2013
Letras de Crédito do Agronegócio ⁽¹⁾	90,86 CDI	5.565	5.820	9.621
Saldo de Curto Prazo			5.820	9.621
Saldo de Longo Prazo			-	-

⁽¹⁾ Título com prazo médio de vencimento de 241 dias.

Notas Explicativas

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	31.03.2014	31.12.2013
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	36.137	1.798
Recebimento de Tributos Federais	33.510	-
IOF a Recolher	1.665	1.696
Outros Tributos e Assemelhados	962	102
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	4.113	10.830
c) Sociais e Estatutárias	84.508	61.835
Dividendos e Bonificações a Pagar	47.926	32.580
Participações nos Lucros	36.582	29.255
d) Fiscais e Previdenciárias	362.794	487.475
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 22.d)	120.472	118.073
Impostos e Contribuições	86.025	84.925
Causas Fiscais	34.447	33.148
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)	78.725	81.649
TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos	48.885	48.647
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	6.234	6.616
Decorrentes de Créditos Recuperados	23.606	26.386
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a)	99.792	222.767
Imposto de Renda ⁽¹⁾	61.659	135.847
Contribuição Social ⁽²⁾	38.133	86.920
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	63.805	64.986
e) Negociação e Intermediação de Valores	68	68
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	8.446.282	7.087.216
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Nota 28.a.1)	7.974.231	6.915.797
Outros Valores	472.051	171.419
g) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17 e Nota 28.a.1)	1.319.288	1.272.581
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18 e Nota 28.a.1)	1.490.292	1.455.982
i) Diversas	3.647.113	3.404.326
Provisão para Passivos Contingentes	2.428.830	2.362.896
Causas Trabalhistas (Nota 22.e.iv)	203.894	198.291
Causas Cíveis (Nota 22.e.v)	112.550	105.499
Outras Causas (Nota 22.e.vi)	558	663
FNE (Nota 22.e.vii e Nota 25.c.3)	2.043.599	2.022.091
Repasse	1.281	1.301
Risco Integral	103.321	100.972
Risco Compartilhado	1.938.997	1.919.818
FDNE (Nota 22.e.viii)	523	515
Proagro (Nota 22.e.ix)	2.169	2.152
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	34.944	-
Outros Passivos Contingentes (Nota 22.e.x)	30.593	33.685
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.138.926	969.159
Benefício Pós-Emprego	851.131	800.661
Plano de Aposentadoria e Pensão Capef Plano BD (Nota 28.a.2)	134.758	78.344
Plano de Aposentadoria e Pensão Capef Plano CV I (Nota 28.a.2)	-	-
Plano de Assistência Médica Camed Plano Natural (Nota 28.a.2)	716.373	722.317
Despesa de Pessoal	252.463	138.690
Outros Valores	35.332	29.808
Outros Valores	79.357	72.271
Total	15.390.595	13.782.111
Saldo de Curto Prazo	4.982.283	5.184.988
Saldo de Longo Prazo	10.408.312	8.597.123

⁽¹⁾ Em 31.12.2013, inclui o valor complementar de R\$ 1.945 referente ao ajuste anual do ano calendário de 2009 a 2012.

⁽²⁾ Em 31.12.2013, inclui o valor complementar de R\$ 1.196 referente ao ajuste anual do ano calendário de 2009 a 2012.

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.03.2014	31.12.2013
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Notas 16.h e 28.a.1)	1.000.000	1.272.581	22.12.2010	1.319.288	1.272.581
Saldo de Curto Prazo				99.446	78.471
Saldo de Longo Prazo				1.219.842	1.194.110

Notas Explicativas

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	31.03.2014	31.12.2013
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.490.292	1.455.982
Recursos disponíveis ⁽¹⁾	759.293	709.475
Recursos aplicados ⁽²⁾	730.999	746.507
Total (Nota 28.a.1 e 16.i)	1.490.292	1.455.982

⁽¹⁾ São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

⁽²⁾ São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28.03.2014, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 407.000, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 2.437.000, para R\$ 2.844.000, representado por 86.371.464 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas. O aumento de capital está em processo de homologação pelo Banco Central.

Na mesma Assembleia, foi aprovado o cancelamento de 630.437 ações ordinárias, sendo 10.232 ações que se encontravam em tesouraria e 620.205 ações oriundas de reembolso aos acionistas dissidentes do processo de conversão de ações preferenciais em ordinárias, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23.08.2013.

O custo total de aquisição das 630.437 ações canceladas importou em R\$ 19.518. Ressalte-se que esse cancelamento de ações não proporcionou redução do valor do Capital Social, tendo em vista que para a aquisição foi utilizado parte do saldo de Reserva Estatutária, conforme previsto no Estatuto Social do Banco.

Composição em 31.03.2014				
Acionistas	Ações Ordinárias	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	74.269.215	74.269.215	85,99	85,99
Fundo Garantidor de Operações – FGO	6.250.000	6.250.000	7,24	7,24
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	3.846.968	3.846.968	4,45	4,45
Financiadora de Estudos e Projetos – Finep	1.449.254	1.449.254	1,68	1,68
Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB-Capef	269.723	269.723	0,31	0,31
Outros	286.304	286.304	0,33	0,33
Total	86.371.464	86.371.464	100,00	100,00

Composição em 31.12.2013					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	45.146.025	29.123.190	74.269.215	93,11	85,37
Fundo Garantidor de Operações – FGO	-	6.250.000	6.250.000	-	7,18
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
Financiadora de Estudos e Projetos – Finep	1.449.254	-	1.449.254	2,99	1,67
Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB-Capef	269.723	110.515	380.238	0,56	0,44
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	-	373.200	373.200	-	0,43
Outros	146.069	286.957	433.026	0,30	0,50
Total	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 20.037 (R\$ 20.610 em 31.12.2013) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. A realização ocorrida no 1º trimestre de 2014 importa em R\$ 574 (R\$ 2.294 em 31.12.2013).

c) Ações em Tesouraria

O Banco não possui ações em Tesouraria. As 10.232 ações, correspondentes a R\$ 384, que se encontravam em Tesouraria foram canceladas quando da realização da Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 28.03.2014.

Notas Explicativas

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	01.01. a 31.03.2014	01.01. a 31.03.2013
a) Receitas de Prestação de Serviços	444.121	383.842
Administração de Fundos de Investimentos	5.958	4.296
Administração de Fundos e Programas	384.867	333.172
Prestação de Serviços	53.296	46.374
b) Rendas de Tarifas Bancárias	6.266	5.923
c) Despesas de Pessoal	(427.614)	(277.853)
Proventos	(194.686)	(170.911)
Programa de Incentivo ao Desligamento	(102.381)	-
Encargos Sociais	(71.747)	(60.721)
Plano de Aposentadoria e Pensão Capef Planos BD e CV I	(11.145)	(6.030)
Plano de Assistência Médica Camed Plano Natural	(19.917)	(17.020)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(27.738)	(23.171)
d) Outras Despesas Administrativas	(205.871)	(195.723)
Processamento de Dados	(36.803)	(32.632)
Propaganda e Publicidade	(6.895)	(829)
Serviços de Terceiros	(81.854)	(80.127)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(11.121)	(10.085)
Viagens	(3.881)	(3.118)
Comunicações	(6.426)	(6.361)
Depreciação e Amortização	(9.516)	(8.099)
Manutenção e Conservação de Bens	(9.336)	(9.863)
Vigilância, Segurança e Transporte	(12.940)	(11.077)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(1.294)	(3.434)
Serviços do Sistema Financeiro	(5.851)	(4.797)
Serviços Técnicos Especializados	(8.700)	(7.994)
Seguros	(1.105)	(1.163)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocáticos	(6.631)	(5.740)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(834)	(688)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(1.074)	(989)
Fundeci – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	-	(3.000)
Outros Valores	(1.610)	(5.727)
e) Despesas Tributárias (Nota 21.d)	(61.685)	(51.176)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(57.391)	(47.580)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(3.777)	(3.278)
Outros Valores	(517)	(318)
f) Outras Receitas Operacionais	427.622	416.464
“Del credere” de Fundos Administrados	265.452	242.309
Varição Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	123.643	97.626
Reversão de Prov. Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	20	42
Recuperação de Encargos e Despesas	1.594	2.182
Reversão de Provisões Operacionais	8.152	33.524
Juros e Comissões	534	129
Correção Monetária	1.833	639
Resultado da Marcação a Mercado	-	9.528
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	15.771	17.872
Outros Valores	10.623	12.613
g) Outras Despesas Operacionais	(299.707)	(425.964)
Varição Cambial da Área de Câmbio	-	(37)
Varição Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(64.186)	(59.373)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	-	(1)
Descontos Concedidos em Renegociações	(365)	(158)
Encargos de Operações de Crédito	(1.162)	(26.338)
Riscos Fiscais	(3.204)	(2.115)
Riscos com Operações do FNE	(127.454)	(246.204)
Riscos com Operações do FDNE	(7)	(6)
Causas Trabalhistas	(6.223)	(8.332)
Causas Cíveis	(10.737)	(803)
Outras Causas	(9)	(356)
Outros Passivos Contingentes	(1.242)	(8.754)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(46.707)	(42.167)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(16.690)	(7.088)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(17.621)	(21.233)
Outros Valores	(4.100)	(2.999)
Total	(116.868)	(144.487)

Notas Explicativas

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada no 1º trimestre de 2014 foi de R\$ 61.419 (R\$ 59.847 em 31.03.2013) e a de Contribuição Social foi de R\$ 37.989 (R\$ 37.303 em 31.03.2013).

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 31.03.2014	01.01 a 31.03.2013	01.01 a 31.03.2014	01.01 a 31.03.2013
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	231.203	(46.007)	231.203	(46.007)
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(7.326)	(8)	(7.326)	(8)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(48.973)	-	(48.973)	-
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	174.904	(46.015)	174.904	(46.015)
Adições/Exclusões Permanentes	(14.397)	(79.237)	(14.397)	(79.330)
Adições/Exclusões Temporárias	93.710	374.990	93.710	374.990
Resultado Tributável	254.217	249.738	254.217	249.645
Despesas de Provisão de IRPJ (25%) ⁽¹⁾ e CSLL (15%) - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(63.549)	(62.428)	(38.133)	(37.446)
Deduções (Incentivos Fiscais)	1.891	2.342	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	239	239	144	143
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL- após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(61.419)	(59.847)	(37.989)	(37.303)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	1.941	(2.523)	1.165	(1.514)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(59.478)	(62.370)	(36.824)	(38.817)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de Hedge	11.852	78.145	7.101	46.875
Total de IRPJ/CSLL	(47.626)	15.774	(29.723)	8.057
% do total das despesas de tributos em relação ao Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	20,60%	34,29%	12,86%	17,51%
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	61.419	132.946	37.989	85.150
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	240	956	144	574
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)	61.659	133.902	38.133	85.724
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte ⁽²⁾ (Nota 10.d)	(31.456)	(140.065)	(14.637)	(83.732)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	30.203	(6.163)	23.496	1.992

⁽¹⁾ Aplica-se sobre a base tributável a alíquota de 15% referente ao IRPJ devido + alíquota de 10% como adicional de IRPJ ao que exceder o limite anual de R\$ 240.

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas de crédito e provisões para benefícios pós-emprego são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Resolução CMN nº 3.355, de 31.03.2006) e Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

De acordo com as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Notas Explicativas

Especificação	31.03.2014		31.12.2013		31.03.2014	31.12.2013
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões						
Saldo Inicial	645.464	387.292	596.574	357.958	1.032.756	954.532
Constituição	109.006	65.407	299.839	179.918	174.413	479.757
Realização/Reversão	(97.827)	(58.710)	(250.950)	(150.584)	(156.537)	(401.534)
Saldo Final (Nota 10.d)	656.643	393.989	645.463	387.292	1.050.632	1.032.755
b) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	12	8	1.402	841	20	2.243
Constituição	2.089	1.253	11.309	6.785	3.342	18.094
Realização/Reversão	(2.097)	(1.258)	(12.698)	(7.619)	(3.355)	(20.317)
Saldo Final (Nota 7.c)	4	3	13	7	7	20
c) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	15.554	9.333	23.063	13.838	24.887	36.901
Constituição	6.989	4.193	12.538	7.523	11.182	20.061
Realização/Reversão	(6.308)	(3.785)	(20.047)	(12.028)	(10.093)	(32.075)
Saldo Final (Nota 7.c.1)	16.235	9.741	15.554	9.333	25.976	24.887
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	131.001	78.601	84.026	50.416	209.602	134.442
Constituição	100.536	60.322	18.961.840	11.377.104	160.858	30.338.944
Realização/Reversão	(86.724)	(52.035)	(18.914.865)	(11.348.919)	(138.759)	(30.263.784)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	144.813	86.888	131.001	78.601	231.701	209.602

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
1. Total das Diferenças Temporárias	4.695.923	4.544.276	4.695.923	4.544.276
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.173.981	1.136.069	704.388	681.641
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões (Nota 10.d)	656.643	645.463	393.989	387.292
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	161.052	146.568	96.632	87.941
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3+ item 4) ⁽¹⁾	817.695	792.031	490.621	475.233
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	356.286	344.038	213.767	206.408

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "OUTROS CRÉDITOS-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de provisões, na posição de 31.03.2014, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média ¹	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2014	11,33	57.779	56.337	34.668	33.802	92.447	90.139
2015	12,07	245.872	202.181	147.523	121.309	393.395	323.490
2016	10,83	75.127	61.955	45.076	37.173	120.203	99.128
2017	10,25	124.002	91.418	74.401	54.851	198.403	146.269
2018	10,01	153.863	104.279	92.321	62.569	246.184	166.848
Total		656.643	516.170	393.989	309.704	1.050.632	825.874

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na data de 31.12.2013.

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, dos Instrumentos Financeiros Derivativos e do Item Objeto de Hedge, apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nº 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos:

Período	Realização do Crédito de IR	Realização do Crédito de CSLL	Total
2014	28.780	17.267	46.047
2015	7.004	4.202	11.206
2016	66.720	40.032	106.752
2017	23	14	37
2018	7.131	4.279	11.410
A partir de 2019	52.604	31.562	84.166
Total	162.262	97.356	259.618

Notas Explicativas

c) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	31.03.2014		31.12.2013		31.03.2014	31.12.2013
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	5.397	3.238	14.165	8.497	8.635	22.662
Constituição	4.300	2.580	133.403	80.042	6.880	213.445
Realização/Reversão	(4.504)	(2.702)	(142.169)	(85.302)	(7.206)	(227.471)
Saldo Final (Nota 7.c)	5.193	3.116	5.399	3.237	8.309	8.636
b) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	4.135	2.481	5.090	3.056	6.616	8.146
Constituição	-	-	-	-	-	-
Realização/Reversão	(239)	(143)	(956)	(574)	(382)	(1.530)
Saldo Final	3.896	2.338	4.134	2.482	6.234	6.616
c) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾						
Saldo Inicial	16.491	9.895	-	-	26.386	-
Constituição	259	155	16.491	9.895	414	26.386
Realização/Reversão	(1.996)	(1.198)	-	-	(3.194)	-
Saldo Final (Nota 16.d)	14.754	8.852	16.491	9.895	23.606	26.386
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	25.007	15.004	123.082	73.851	40.011	196.933
Constituição	11.821	7.093	701.784	421.071	18.914	1.122.855
Realização/Reversão	(11.468)	(6.881)	(799.861)	(479.916)	(18.349)	(1.279.777)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	25.360	15.216	25.005	15.006	40.576	40.011

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2014	21.683	13.010	34.693
2015	2.093	1.256	3.349
2016	550	330	880
2017	466	279	745
2018	1.463	878	2.341
A partir de 2019	4.298	2.579	6.877
Total	30.553	18.332	48.885

As provisões sobre as Reservas de Reavaliação, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta Taxa Over Selic - Média	Imposto de Renda		Contribuição Social		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2014	11,33	717	644	430	386	1.147	1.030
2015	12,07	955	766	573	460	1.528	1.226
2016	10,83	956	691	574	415	1.530	1.106
2017	10,25	956	627	574	376	1.530	1.003
2018	10,01	312	186	187	111	499	297
Total		3.896	2.914	2.338	1.748	6.234	4.662

As provisões sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta Taxa Over Selic - Média	Imposto de Renda		Contribuição Social		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2014	11,33	687	618	412	370	1.099	988
2015	12,07	2.813	2.254	1.688	1.353	4.501	3.607
2016	10,83	2.403	1.738	1.442	1.043	3.845	2.781
2017	10,25	1.502	985	901	591	2.403	1.576
2018	10,01	891	531	534	319	1.425	850
A partir de 2019		6.458	3.500	3.875	2.100	10.333	5.600
Total		14.754	9.626	8.852	5.776	23.606	15.402

Notas Explicativas

d) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a 31.03.2014	01.01 a 31.03.2013
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(57.391)	(47.580)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(3.777)	(3.278)
Outros Valores	(517)	(318)
Total (Nota 20)	(61.685)	(51.176)

e) Medida Provisória nº 627

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627, que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. Referida Medida Provisória possui um número relevante de emendas propostas. Ademais, a Receita Federal do Brasil deverá, de acordo com a referida Medida, disciplinar diversas matérias. Dessa forma, é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou regulamentadas. No entanto, com base no texto vigente estimamos que a referida MP nº 627, de 11.11.2013, não acarrete efeitos contábeis relevantes nas Informações Financeiras do Banco.

NOTA 22 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para a constituição de provisão e de contingência passiva, adota-se o critério de classificação das contingências conforme Resolução CMN n.º 3.823, de 16.12.2009 e Carta-Circular Bacen n.º 3.429, de 11.02.2010.
- b) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Superintendência Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas, de acordo com a probabilidade de perdas, em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas do Banco para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Levando em consideração que os procedimentos adotados pelo Banco guardam conformidade com as disposições legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.
- d) O Banco constituiu provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, bem como nas enquadradas como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular Bacen n.º 3.429, de 11.02.2010, independente da avaliação de probabilidade de perda financeira feita pelo advogado, não cabendo provisão para as enquadradas como possível e remota, conforme quadro comparativo das posições 31.03.2014 e 31.12.2013, a seguir demonstrado:

Notas Explicativas

Especificação	31.03.2014		31.12.2013	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a) PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 16.d)				
a.1) Impostos e Contribuições - Obrigação Legal	86.025	86.025	84.925	84.925
a.2) Causas Fiscais	1.204.085	34.447	1.167.404	33.148
i) Obrigação Legal	290	290	281	281
ii) Outras Obrigações-Diversas	1.203.795	34.157	1.167.123	32.867
Provável	34.157	34.157	32.867	32.867
Possível	922.868	-	894.405	-
Remota	246.770	-	239.851	-
b) PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 16.i)				
b.1) Causas Trabalhistas	354.573	203.894	346.068	198.291
Provável	203.894	203.894	198.291	198.291
Possível	76.432	-	71.541	-
Remota	74.247	-	76.236	-
b.2) Causas Cíveis	3.201.385	112.550	3.343.767	105.499
Provável	112.550	112.550	105.499	105.499
Possível	664.214	-	627.358	-
Remota ⁽¹⁾	2.424.621	-	2.610.910	-
b.3) Outras Causas	1.936	558	2.208	663
Provável	558	558	663	663
Possível	1.376	-	1.543	-
Remota	2	-	2	-

⁽¹⁾ O montante da contingência passiva relacionada às causas cíveis classificada com risco remoto e a respectiva estimativa de perda financeira está concentrado nos seguintes processos: a) pagamento de contribuição extra a Capef - R\$ 870.812 (R\$ 828.765 em 31.12.2013); b) repetição de indébito - R\$ 232.589 (R\$ 314.491 em 31.12.2013); c) indenização por danos morais e materiais - R\$ 188.077 (R\$ 221.358 em 31.12.2013); e d) pagamento de multa e indenização por danos morais e materiais - R\$ 124.516 (R\$ 178.996 em 31.12.2013). Somados os referidos processos apresentaram saldo de contingência passiva na ordem de R\$ 1.415.994 (R\$ 1.347.623 em 31.12.2013).

e) Movimentação das Provisões

Especificação	31.03.2014	31.12.2013
i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	84.925	82.258
Constituição	1.904	6.178
Reversão/Utilização/Baixa	(804)	(3.511)
Saldo Final	86.025	84.925
ii) Causas Fiscais (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	281	655
Constituição	9	56
Reversão/Utilização/Baixa	-	(430)
Saldo Final (Nota 22.d)	290	281
iii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	32.867	35.431
Constituição	1.291	4.272
Reversão/Utilização/Baixa	(1)	(6.836)
Saldo Final (Nota 22.d)	34.157	32.867
iv) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	198.291	179.319
Constituição	7.691	34.861
Reversão/Utilização/Baixa	(2.088)	(15.889)
Saldo Final (Nota 16.i)	203.894	198.291
v) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	105.499	106.080
Constituição	15.829	36.040
Reversão/Utilização/Baixa	(8.778)	(36.621)
Saldo Final (Nota 16.i)	112.550	105.499
vi) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	663	258
Constituição	16	470
Reversão/Utilização/Baixa	(121)	(65)
Saldo Final (Nota 16.i)	558	663
vii) FNE		
Saldo Inicial	2.022.091	1.820.070
Constituição	233.120	560.930
Reversão/Utilização/Baixa	(211.612)	(358.909)
Saldo Final (Nota 16.i)	2.043.599	2.022.091
viii) FDNE		
Saldo Inicial	515	420
Constituição	8	103

Notas Explicativas

Reversão/Utilização/Baixa	-	(8)
Saldo Final (Nota 16.i)	523	515
ix) Proagro		
Saldo Inicial	2.152	3.388
Constituição	89	185
Reversão/Utilização/Baixa	(72)	(1.421)
Saldo Final (Nota 16.i)	2.169	2.152
x) Outros Passivos Contingentes		
Saldo Inicial	33.685	36.195
Constituição	1.241	11.696
Reversão/Utilização/Baixa	(4.333)	(14.206)
Saldo Final (Nota 16.i)	30.593	33.685

- f) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação da contingência passiva e passivo contingente é realizada, pela Superintendência Jurídica, na forma do item “b”, retromencionado.
- g) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados na alínea “d”, subitens a.1 e a.2.1 têm, respectivamente, como objeto de discussão os tributos IRPJ ano-base 1999 e ISSQN.
- h) A seguir, uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Ação na esfera fiscal que visa desconstituir auto de infração relativo ao ISSQN incidente sobre rendas de prestação de serviços. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.03.2014, R\$ 453.597. Na posição de 31.12.2013, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 438.790 com nível de risco possível. Duas ações na esfera fiscal que visam desconstituir autos de infração relativos ao ISSQN incidentes sobre rendas de prestação de serviços. As estimativas de perdas financeiras de riscos possíveis, na data base de 31.03.2014, perfazem respectivamente, R\$ 223.668 e R\$ 151.686. Na posição de 31.12.2013, representavam, R\$ 216.367 e R\$ 146.734, respectivamente, ambas com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração sob a alegação de prejuízos sofridos ante a suspensão dos repasses de financiamento contratado para a construção de um estabelecimento comercial. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.03.2014, R\$ 124.223. Na posição de 31.12.2013, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 118.225, com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa nulidade de cláusulas contratuais, bem como retirada do nome do autor dos cadastros dos órgãos restritivos de crédito. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.03.2014, R\$ 50.397. Na posição de 31.12.2013, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 47.963, com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito sob a alegação de cobrança e retenções indevidas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.03.2014, R\$ 48.393. Na posição de 31.12.2013, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 46.056 com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa indenização por danos materiais e morais sob a alegação de que houve transferência indevida de valores em conta de depósito. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.03.2014, R\$ 34.866. Na posição de 31.12.2013, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 33.182 com nível de risco possível.

- i) Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas.

Especificação	31.03.2014	31.12.2013
Demandas Trabalhistas	399.871	392.741
Demandas Fiscais	212.962	210.037
Demandas Cíveis	48.468	41.381
Total	661.301	644.159

- j) Em “Outros Passivos Contingentes”, na posição de 31.03.2014, registram-se os valores de: R\$ 13.840 (R\$ 16.141, em 31.12.2013), referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Superintendência de Auditoria, R\$ 12.668 (R\$ 12.776, em 31.12.2013) relativamente ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e que se encontram registradas em contas de compensação e R\$ 4.085 (R\$ 4.767, em 31.12.2013) referente à provisão para fazer frente a riscos operacionais decorrentes do Inventário de Operações de Crédito.

Notas Explicativas

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em R\$ 1,00)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	01.01 a 31.03.2014	01.01 a 31.12.2013
Máxima	30.744,54	30.744,54
Mínima	1.148,97	1.148,97
Média	8.193,14	8.230,65

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	31.03.2014	31.03.2013	31.03.2014	31.03.2013	31.03.2014	31.03.2013
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	150.802,16	143.799,57	11.604,27	10.426,98	11.604,27	10.426,98
Menor remuneração individual ⁽³⁾	108.012,19	111.276,78	11.604,27	10.426,98	11.604,27	10.426,98
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	129.160,96	123.111,58	11.604,27	9.906,69	11.492,49	10.025,71
Número de membros ⁽⁵⁾	7	7	6	6	6	6

⁽¹⁾ Valores aprovados pela 60ª reunião da Assembleia Geral Ordinária e 93ª reunião da Assembleia Geral Extraordinária do Banco, realizadas cumulativamente em 22.03.2013.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 31.03.2014, o número de funcionários do Banco totalizava 6.536 (6.479 em 31.12.2013), registrando-se um acréscimo de 0,88% no quadro de pessoal.

NOTA 24– Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações sobre benefícios pós-emprego. As avaliações atuariais são realizadas por atuário independente habilitado, com base em informações fornecidas pela Capef, Camed e Banco.

a) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Capef, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos funcionários participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social (INSS).

Os planos de previdência patrocinados pelo Banco oferecem aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. Em termos gerais, para atuais participantes ativos, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e do benefício de aposentadoria do INSS, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente, todos calculados, fixados e projetados, de acordo com o regulamento do plano desde a data de sua reestruturação até a data de aposentadoria do participante, ponderado pelo número de contribuições pagas ao Plano, limitado a 360. Além disso, é descontada do benefício uma taxa equivalente a 21,25%, a título de contribuição extraordinária, resultando, em média, 78,75% do salário de contribuição.

O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/Previc/Detec nº 189, de 25.03.2010, iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Os benefícios de aposentadoria programada (parte CD) do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria. Além disso, o plano oferece cobertura para benefícios de risco, como invalidez e morte em atividade, sendo estes benefícios avaliados pelo Banco como benefício definido. O plano oferece ainda benefício de renda vitalícia aos aposentados.

Os planos estão expostos, principalmente, aos riscos de investimento, de taxa de juros, longevidade e de salário.

a.1.1) Regime Atuarial no âmbito da Capef

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I, na forma da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, conjuga características tanto de

Notas Explicativas

plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

a.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.03.2014, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

a.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 31.03.2014, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2013, 1:1).

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Camed, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

a.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.03.2014, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

a.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade das patrocinadoras.

NOTA 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

- a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 49.283.663 (R\$ 47.642.592 em 31.12.2013) está registrado em contas de compensação do Banco “Patrimônio de Fundos Públicos Administrados”.
- b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 7.967.118 (R\$ 6.908.697 em 31.12.2013), registrado no título “Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento” é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 172.837 (R\$ 106.974 em 31.03.2013).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
 - c.2) para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
 - c.3) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em “Passivos Contingentes” do Banco é a seguinte:

Notas Explicativas

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 31.03.2014	Provisão em 31.12.2013
AA	6.495.883	-	-
A	12.060.704	30.141	29.781
B	8.796.255	44.511	47.060
C	943.273	13.959	13.469
D	802.086	40.084	35.478
E	547.174	82.687	80.081
F	250.861	63.037	52.022
G	403.175	150.414	114.631
H	3.210.368	1.618.766	1.649.569
Total	33.509.779	2.043.599	2.022.091

- d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 264.132 (R\$ 241.288 em 31.03.2013).
- e) A taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração foi de R\$ 325.172 (R\$ 298.815 em 31.03.2013).

NOTA 26 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	31.03.2014	31.12.2013
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	16/2006	-	441
Proger-Urbano Investimento	17/2006	21.480	21.671
FAT - Infraestrutura	18/2006	239.483	245.254
Pronaf - Custeio	01/2007	-	3
Proger-Rural - Investimento	02/2007	129	129
Protrabalho Investimento	04/2007	168.239	163.923
PNMPO-Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	175.399	172.798
Total		604.730	604.219

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 495.377 (R\$ 520.240 em 31.12.2013) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 35.323 (R\$ 49.775 em 31.12.2013).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e

- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.03.2014		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	7.174	135	-	-	-
Proger - Urbano- Investimento	17/2006	RA	28.040	617	3.027	36.629	39.656
FAT - Infraestrutura	18/2006	RA	62.473	2.827	28.233	166.038	194.271
Protrabalho-Investimento	04/2007	RA	30.920	80	582	105.433	106.015
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	45.510	1.912	3.481	151.954	155.435
Total (Nota 13.b)			174.117	5.571	35.323	460.054	495.377

Notas Explicativas

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2013		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	7.463	137	-	-	-
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	28.256	572	4.217	37.464	41.681
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	57.419	2.554	29.018	174.821	203.839
Pronaf- Investimento	19/2006	RA	-	-	-	-	-
Pronaf- Custeio	01/2007	RA	-	-	-	-	-
Prottrabalho-Investimento	04/2007	RA	29.709	81	1.208	110.088	111.296
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	43.775	1.647	15.332	148.092	163.424
Total (Nota 13.b)			166.622	4.991	49.775	470.465	520.240

(1) RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD – Saldo Disponível menos depósitos efetuados nos últimos 3 meses e reembolsos nos últimos 2 meses;

(2) Recursos remunerados pela Taxa Selic;

(3) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

(4) Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 27 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia e as exigências do Acordo de Basileia II, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores chave e de mecanismos de mitigação de riscos identificados.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional. O Comitê Corporativo de Gestão de Riscos aprecia e delibera sobre políticas de gestão de riscos. A Diretoria Executiva é responsável pela aprovação dessas políticas e consequente submissão ao Conselho de Administração, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco coordenar a sua implementação e o desempenho do Banco. Área específica do Banco gerencia em nível corporativo os riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

As informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular nº 3.477, de 28.12.2009, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2014 a 2016, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 20.12.2013. A Diretoria de Controle e Riscos é responsável pelo gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, através da Resolução nº 3.988, de 30.06.2011. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

Notas Explicativas

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	31.03.2014	31.12.2013
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	30.084.073	30.618.909
Público	1.354.440	1.422.455
Privado	28.729.633	29.196.454
Comércio	3.342.455	3.399.551
Comércio exterior	767.969	743.824
Habitação	242	242
Indústria	8.369.969	8.445.949
Infraestrutura	3.475.124	3.563.125
Intermediários financeiros	76.512	84.113
Microfinança urbana	2.144.035	2.184.415
Pessoas Físicas	214.892	224.311
Rural	6.412.777	6.494.519
Outros Serviços ⁽¹⁾	3.925.658	4.056.405
Operações de mercado	22.982.917	22.078.166
Títulos Públicos Federais	19.082.115	18.489.953
Operações Compromissadas	10.516.690	9.912.872
Outras	8.565.425	8.577.081
Depósitos Interfinanceiros	112.649	83.709
Outros Títulos e Valores Mobiliários	2.314.742	1.929.804
Outras Operações	1.473.411	1.574.700
Demais ativos	3.349.689	3.257.853
Total	56.416.679	55.954.928

⁽¹⁾ O valor das demais coobrigações não referentes as operações de crédito do FNE passaram a compor o item "Outros Serviços" e não mais o item "Demais Ativos" como constava no exercício anterior.

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e indicadores de desempenho por macrossetores.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características, valor, prazo, garantias e situação.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 4.832.765 (R\$ 4.717.354 em 31.12.2013). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 3.586.473 (R\$ 3.714.495 em 31.12.2013). Tais garantias são avaliadas pelo menos uma vez a cada três anos ou em periodicidade menor, desde que ocorram fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação. Além de garantias tradicionais como as reais (hipoteca, penhor, alienação fiduciária de bens móveis, entre outras) e das garantias fidejussórias (fianças e avais pessoais), essas operações recebem outros tipos de garantias, tais como, quirografárias, penhor de títulos, fundos de aval, fundo de risco do FGPC, vinculação de cotas FPM/FPE e fiança bancária, dentre outros.

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o Caixa para gerenciamento do risco de liquidez, sendo comunicadas à administração por meio de relatórios diários, consolidados anualmente, as informações relativas a esse risco.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez inclui o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo do índice de liquidez são compostas por reservas bancárias, depósitos interfinanceiros, operações compromissadas e carteira própria de títulos.

Notas Explicativas

Especificação		31.03.2014 (%)	31.12.2013 (%)
Índice de Liquidez	Na data base	330,09	314,25
	Média dos últimos 12 meses	344,06	349,68
	Máximo dos últimos 12 meses	404,61	404,61
	Mínimo dos últimos 12 meses	273,40	287,74

Os quadros a seguir evidenciam os vencimentos de captações, considerados os fluxos de pagamentos futuros projetados com as respectivas taxas contratuais. Todo o saldo das Dívidas Subordinadas foi inserido na coluna acima de 5 anos, uma vez que essa dívida não prevê pagamento de juros e tem prazo indeterminado. Os valores dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD) distribuídos abaixo de 5 anos refletem pagamentos de juros anuais, enquanto os valores acima de 5 anos contêm o principal (de prazo indeterminado) e juros até o ano de 2050, apenas para fins de cálculo dos valores:

Especificação	31.03.2014				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	196.108	267.377	544.360	134.563	-
Depósitos a Prazo	273.345	37.116	1.721.737	3.422.783	4.358.443
Operações Compromissadas	1.113.135	-	-	59.714	-
Letras do Agronegócio (LCA)	3.032	1.315	1.567	-	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	1.490.292
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD)	-	-	80.162	320.648	3.785.022
Total	1.585.620	305.808	2.347.826	3.937.708	9.633.757
Recursos Disponíveis (Nota 5)	8.325.426				

Especificação	31.12.2013				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	91.230	368.450	321.107	141.923	-
Depósitos a Prazo	25.011	781.923	1.457.064	3.666.526	4.467.958
Operações Compromissadas	1.128.001	-	-	77.203	-
Letras do Agronegócio (LCA)	3.614	1.523	4.657	-	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	1.455.982
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD)	78.471	-	-	313.884	3.783.649
Total	1.326.327	1.151.896	1.782.828	4.199.536	9.707.589
Recursos Disponíveis (Nota 5)	7.709.183				

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- VaR (*value at risk*) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e bancária, por fator de risco;
- mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, mensais, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial, níveis e índices de liquidez, e acompanhamento dos limites das operações realizadas com outras instituições financeiras.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Notas Explicativas

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> Carteira de negociação: 1% do valor do Patrimônio de Referência Carteira Bancária: 5% do valor do Patrimônio de Referência 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	7.225.721	7.223.109	(2.612)	7.220.563	(5.159)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(14.771)	(13.484)	1.287	(12.278)	2.493
Cupom de Euro	Aumento do cupom	1.175	1.172	(3)	1.170	(5)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	882.579	821.080	(61.498)	766.406	(116.173)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	(315.642)	(359.767)	(44.126)	(411.619)	(95.977)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	528.894	461.430	(67.464)	404.121	(124.774)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(1.961.413)	(1.962.882)	(1.469)	(1.957.629)	3.784
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	3.989.238	3.868.017	(121.221)	3.762.149	(227.088)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBovespa. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
<i>Demais Derivativos</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Pre	<i>Swap</i> DI x Pre	(75.248)	(72.897)	(70.709)
		Ativo Prefixado	75.041	69.749	64.975
		Exposição Líquida	(207)	(3.148)	(5.734)
<i>Derivativos para Hedge</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Dólar	<i>Swap</i> Dólar x DI	1.447.635	1.416.241	1.386.732
		Passivo em ME	(1.479.385)	(1.453.643)	(1.429.352)
		Exposição Líquida	(31.750)	(37.402)	(42.620)

Na data-base de 31.03.2014, foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes do aumento do custo de oportunidade, nas operações prefixadas, e do aumento do cupom cambial, nas operações em moeda estrangeira.

Swap DI x Pre

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* DI x Pre consistiu em apurar os saldos das operações ativas prefixadas e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Swap Dólar x DI

Notas Explicativas

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* Dólar x DI consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Dólar.

e) Risco Operacional

O risco operacional é o risco que resulta em perda potencial, efetiva ou recuperada, decorrente de falhas ou incorreções cometidas por pessoas, ocorridas em processos, sistemas ou decorrentes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perda.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa assegurar o cumprimento da política corporativa e do planejamento estratégico do Banco em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa por meio dos processos e subprocessos que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O gerenciamento de risco operacional corporativo no Banco é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações e conformidades da aplicação dos controles para todos os processos e operações realizados, tendo como referência maior as disposições do sistema normativo institucional. Sob o enfoque qualitativo são utilizadas metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas institucionais. Essa análise é composta pela descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos, processos e subprocessos – identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das fragilidades detectadas. Outra metodologia utilizada é de autoavaliação de riscos e controles em processos RCSA (*Risk and Control Self Assessment*), que permite conhecer os riscos inerentes em atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto, além disso, permite ainda, a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter uma visão mais ampliada dos processos e aprimoramento do gerenciamento.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 104.144 (R\$ 89.995 em 31.12.2013 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	31.03.2014	31.12.2013	Especificação	31.03.2014	31.12.2013
Disponibilidades	2.637	2.787	Depósitos	12.791	17.696
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	19.510	46.764	Relações Interdependências	10.240	5.399
Operações de Crédito	741.105	804.445	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	69.523	73.237
Outros Créditos	787.864	768.343	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	2.251.728	2.324.175
			Outras Obrigações	755.280	767.864
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.551.116	1.622.339	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	3.099.562	3.188.371
Operações de <i>Swap</i>	1.444.302	1.476.037	Operações de <i>Swap</i>	-	-
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	2.995.418	3.098.376	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	3.099.562	3.188.371

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Segurança (5% do Patrimônio de Referência).

Notas Explicativas

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

O Bacen divulgou, a partir de março/2013, os normativos que regulamentam a implantação no Brasil das recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas em seu conjunto por Basileia III, com início de vigência em outubro/2013.

Os referidos normativos promoveram, basicamente, as seguintes alterações em relação às exigências vigentes até então:

- i. nova metodologia de apuração do capital regulamentar, no Brasil denominado Patrimônio de Referência (PR), que continuará a ser dividido nos níveis I e II;
- ii. apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal e introdução do Adicional de Capital Principal; e
- iii. revisão de algumas ponderações e ajustes no cálculo da exposição a Risco de Crédito.

A apuração dos requisitos mínimos de capital está estabelecida como uma porcentagem do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês). As novas regras estabelecem três requerimentos de capital independentes a serem observados continuamente pelas instituições financeiras, a saber:

- i. 4,5% para o Capital Principal, que é composto principalmente por ações, quotas, reservas e lucros retidos;
- ii. 5,5% para o Nível I, que é composto pelo Capital Principal e outros instrumentos capazes de absorver perdas com a instituição em funcionamento; e
- iii. 8% para o total do PR, que é composto pelo Nível I e por outros instrumentos de captação capazes de absorver perdas quando do encerramento da instituição.

Adicionalmente às exigências relacionadas anteriormente, o Bacen determinou, ainda, a criação de uma exigibilidade complementar denominada Adicional de Capital Principal que corresponde aos chamados capital de conservação (fixo) e capital contracíclico (variável) previstos em Basileia III. Ao final do período de implantação, o Adicional de Capital Principal deverá ser de, no mínimo, 2,5% e, no máximo, 5% do montante RWA, devendo seu valor exato ser estabelecido pelo Banco Central do Brasil de acordo com o contexto macroeconômico.

Em 31.03.2014, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 15,20% (15,76% em 31.12.2013) e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 8,70% (8,94% em 31.12.2013). O PR apurado foi de R\$ 5.389.973 (R\$ 5.524.588 em 31.12.2013), o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 2.990.921 (R\$ 3.039.352 em 31.12.2013) e os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 34.396.778 (R\$ 34.015.667 em 31.12.2013), conforme pode ser observado nos quadros a seguir.

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	31.03.2014	31.12.2013
Patrimônio de Referência (PR)	5.389.973	5.524.588
. Nível I	2.990.921	3.039.352
. Capital Principal	2.990.921	3.039.352
. Capital Complementar	-	-
. Nível II	2.399.052	2.485.236
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	34.396.778	34.015.667
. Parcela RWACPAD	29.090.451	28.947.518
. Parcela RWACAM	46.095	-
. Parcela RWAJUR	46.764	55.036
. Parcela RWACOM	2.745	2.900
. Parcela RWAOPAD	5.210.723	5.010.213
Valor do RBAN	1.061.559	1.047.966
Margem sobre o PR Requerido (PR – [RWA * 11%])	1.606.327	1.782.865
Margem sobre o PR Requerido Considerando o RBAN {PR – ([RWA + RBAN]* 11%)}	1.489.556	1.667.588
Índices de Basileia:		
. Índice de Capital Principal (Requerimento Mínimo 4,5%)	8,70%	8,94%
. Índice de Nível I (Requerimento Mínimo 5,5%)	8,70%	8,94%
. Índice de Basileia (Requerimento Mínimo 11%)	15,67%	16,24%
. Índice de Basileia incluindo RBAN	15,20%	15,76%

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação

Notas Explicativas

ii. Detalhamento do PR (Basileia III)

Especificação	31.03.2014	31.12.2013
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	5.389.973	5.524.588
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	2.990.921	3.039.352
Capital Principal	2.990.921	3.039.352
Capital Social	2.844.000	2.437.000
Reservas de Capital, de Reavaliação e de Lucros	182.823	611.259
Contas de Resultado Credoras	2.169.650	-
Sobras ou Lucros Acumulados	574	-
Perdas não Realizadas – Avaliação Patrimonial e TVM	(91.066)	(8.045)
Contas de Resultado Devedoras	(2.072.095)	-
Ações em Tesouraria e Outros Instrumentos de Emissão Própria	-	(384)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(1.361)	-
Ajuste Prudencial - Ativos Diferidos	(378)	(478)
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(41.226)	-
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	2.399.052	2.485.236
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.452.206	2.538.135
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	(53.154)	(52.899)

Os Instrumentos de Dívida Subordinada contratados junto ao FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192 do CMN, de 01.03.2013, de acordo com o §2º do seu artigo 23, continuarão elegíveis até sua amortização, não estando, pois, sujeitos aos limitadores relacionados na citada Resolução.

Quanto ao Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, a autorização para a continuidade da utilização integral do valor contratado, desta feita na condição de Capital Complementar, será requerida ao Bacen após a assinatura de aditivo, cujas bases já foram negociadas com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Enquanto isso, estão sendo aplicados os limitadores definidos na Resolução nº 4.192, de 01.03.2013.

v. Índice de Imobilização

A Resolução CMN nº 2.669 de 25.11.1999, estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro de 2002, para o índice de imobilização. O índice de imobilização do Banco encontra-se conforme demonstrado a seguir:

Especificação	31.03.2014	31.12.2013
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	5.389.973	5.524.588
Limite para Imobilização	2.694.986	2.762.294
Situação	212.465	208.915
Margem	2.482.521	2.553.379
Índice de imobilização	3,94%	3,78%

NOTA 28 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.03.2014	31.12.2013
Ativos		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	382.141	384.355
Total	382.141	384.355

Especificação	31.03.2014	31.12.2013
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.b e Nota 26)	495.377	520.240
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.693.586	1.706.841
Tesouro Nacional	681	698
BNDES	1.514.066	1.528.337
Finame	178.839	177.806
Outras Obrigações	10.783.811	9.644.360
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.f)	7.974.231	6.915.797
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.g e Nota 17)	1.319.288	1.272.581
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.h e Nota 18)	1.490.292	1.455.982
Total	12.972.774	11.871.441

Notas Explicativas

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (Capef) e Caixa de Assistência Médica (Camed), apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.03.2014	31.12.2013
Passivos		
Benefícios Pós-Emprego Capef Plano BD (Nota 16.i)	134.758	78.344
Benefícios Pós-Emprego Camed Plano Natural (Nota 16.i)	716.373	722.317
Total	851.131	800.661

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 31.03.2014	01.01 a 31.03.2013
Honorários	897	852
Diretoria	762	739
Conselho de Administração	70	56
Conselho Fiscal	65	57
Outros	82	75
Total dos Benefícios de Curto Prazo	979	927
Benefícios Pós-Emprego	60	48
Total	1.039	975

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes de Planos de Previdência e de Assistência Médica dos funcionários do Banco.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

NOTA 29 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	01.01 a 31.03.2014	01.01, a 31.03.2013
Lucro Líquido	146.528	(22.184)
Outros Resultados Abrangentes	(82.448)	(173.252)
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(53.835)	(172.276)
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	21.534	68.910
Realização da Reserva de Reavaliação	956	956
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(382)	(382)
Ganhos ou Perdas Atuariais	(50.721)	(70.460)
Resultado Abrangente	64.080	(195.436)

NOTA 30 - Outras Informações

a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.03.2014	31.12.2013
Créditos Abertos para Importação	12.769	54.614
Beneficiários de Garantias Prestadas		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	20.450	20.450
- FNE	16.960.868	16.869.908
- Outras Entidades	84.586	83.801
Coobrigações em Cessões de Crédito	22.376	22.660

b) Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)

O Conselho de Administração do Banco aprovou o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID), com período de adesão de 24.02.2014 a 31.03.2014, ao final do prazo, 547 funcionários aderiram ao programa totalizando uma despesa com provisão da ordem de R\$ 102.381.

Fortaleza, 22 de abril de 2014.

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a Revisão das Informações Trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do

Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado – DVA, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, preparadas sob responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de maio de 2014.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP15199/O-6-F-CE

Flávio Serpejante Peppe

Guilherme Portella Cunha

Contador CRC-1SP172167/O-6 Contador CRC-1RJ 106.036/O-5